



MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Conta Geral do Estado

2017

Setembro de 2018



ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	IV
SIMBOLOGIA	V
I. INTRODUÇÃO.....	2
II. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
III. EVOLUÇÃO DA CGE DE 2011 A 2017	9
IV. CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL E NACIONAL	12
<i>Conjuntura Mundial.....</i>	12
<i>Inflação Mundial.....</i>	13
<i>Mercado Petrolífero, Taxa de Juro e Comércio Internacional.....</i>	14
<i>Conjuntura Nacional, Sector Real, Fiscal e Externo</i>	15
<i>Reservas Internacionais</i>	19
V. BALANÇO DO PLANO ANUAL DE ENDIVIDAMENTO	21
<i>Emissão de Dívida Interna</i>	21
<i>Serviço da Dívida Interna.....</i>	23
<i>Dívida Externa - Desembolsos de Linhas de Crédito e Serviço</i>	24
<i>Stock da Dívida Interna e Externa.....</i>	26
<i>Garantias Concedidas.....</i>	27
VI. BALANÇO ORÇAMENTAL, FINANCEIRO E PATRIMONIAL.....	30
<i>Execução Macro Fiscal.....</i>	30
<i>Contrapartidas Internas no OGE.....</i>	30
<i>Balanço Orçamental</i>	31
<i>Receitas Arrecadadas</i>	34
<i>Receitas Correntes.....</i>	35
<i>Receitas de Capital</i>	36
<i>Despesas Realizadas</i>	36
<i>Despesas Correntes</i>	38
<i>Despesas de Capital.....</i>	39
<i>Execução da Despesa por Função do Governo</i>	39
<i>Despesa Por Função dos Programas de Investimento Público</i>	41
<i>Receita Arrecadada e Despesa Realizada por Província</i>	44
<i>Balanço Financeiro</i>	46
<i>Transacções com a Sonangol, Companhias Petrolíferas e Custos Recuperáveis</i>	49
<i>Balanço Patrimonial</i>	52
<i>Critério de Valorimetria</i>	54
<i>Componentes do Activo e Passivo</i>	55
<i>Inventário Geral de Bens Públicos</i>	57
<i>Restos a Pagar e Dívida Flutuante.....</i>	58
<i>Resultado Patrimonial</i>	59
VII. ... FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO.....	61
VIII. ... A POSIÇÃO PATRIMONIAL DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA	66
IX. SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO.....	68
<i>Participações Directas do Estado em Empresas Públicas no País e no Estrangeiro.....</i>	70
<i>Dividendos no País e no Estrangeiro.....</i>	72
X. SUBSÍDIOS A PREÇOS TRANSFERIDOS PARA EMPRESAS	74
XI. CONCLUSÕES	76
GLOSSÁRIO	78
ANEXOS	85



ÍNDICE DE TABELAS

QUADRO 1 – DIPLOMAS LEGAIS DE SUPORTE DA CGE.....	2
QUADRO 2 – REGISTOS E MOVIMENTOS EFECTUADOS NO SIGFE.....	10
QUADRO 3 – CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL.....	12
QUADRO 4 – INFLAÇÃO MUNDIAL.....	13
QUADRO 5 – CRESCIMENTO DO COMÉRCIO MUNDIAL.....	15
QUADRO 6 – TAXAS DE CÂMBIO NOS DIVERSOS MERCADOS.....	16
QUADRO 7 – INVESTIMENTO DIRECTO PELA BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	19
QUADRO 8 – SECTORES FINANCIADOS POR LINHAS DE CRÉDITO EXTERNA	24
QUADRO 9 – GARANTIAS CONCEDIDAS	28
QUADRO 10 – STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA POR CREDORES EXTERNOS.....	29
QUADRO 11 – CONTRAPARTIDAS ORÇAMENTAIS POR CATEGORIA ECONÓMICA.....	31
QUADRO 12 – BALANÇO ORÇAMENTAL	33
QUADRO 13 – RECEITAS ARRECADADA	34
QUADRO 14 – DESPESAS REALIZADA	37
QUADRO 15 – DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÃO EM 2017.....	40
QUADRO 16 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO – PIP EM 2017.....	42
QUADRO 17 – RECEITA ARRECADADA E DESPESA REALIZADA POR PROVÍNCIA.....	44
QUADRO 18 – BALANÇO FINANCEIRO.....	48
QUADRO 19 – FLUXO FINANCEIRO.....	49
QUADRO 20 – TRANSAÇÕES NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA	50
QUADRO 21 – CUSTOS RECUPERÁVEIS POR COMPANHIA/COST OIL.....	51
QUADRO 22 – CUSTOS RECUPERÁVEIS POR BLOCO OPERADOR/COST OIL.....	52
QUADRO 23 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	53
QUADRO 24 – SALDO DAS CONTAS DEDICADAS AO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	55
QUADRO 25 – EVOLUÇÃO DO FUNDO DE RESERVA.....	56
QUADRO 26 – INVENTÁRIO DE BENS PÚBLICOS.....	58
QUADRO 27 – DOAÇÕES POR ÓRGÃO.....	58
QUADRO 28 – RESTOS A PAGAR/DÍVIDA FLUTUANTE	59
QUADRO 29 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	60
QUADRO 30 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 2017	60
QUADRO 31 – FLUXO FINANCEIRO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	61
QUADRO 32 – INVESTIMENTOS EM PRIVATE EQUITY FSDEA.....	62
QUADRO 33 – BALANÇO PATRIMONIAL DO FSDEA A 31/12/2017	63
QUADRO 34 – BALANÇO PATRIMONIAL DO BNA A 31/12/2017.....	67
QUADRO 35 – POSIÇÃO PATRIMONIAL DAS EMPRESAS DO SEP	68
QUADRO 36 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS DO SEP.....	69
QUADRO 37 – INDICADORES ECONÓMICOS/RÁCIOS FINANCEIROS DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO SEP.....	70
QUADRO 38 – PARTICIPAÇÕES DIRECTAS DO ESTADO EM EMPRESAS SEDEADAS NO PAÍS.....	71
QUADRO 39 – PARTICIPAÇÕES DIRECTAS DO ESTADO EM EMPRESAS SEDEADAS NO ESTRANGEIRO.....	72
QUADRO 40 – DIVIDENDOS RECEBIDOS NO PAÍS.....	72
QUADRO 41 – DIVIDENDOS RECEBIDOS NO ESTRANGEIRO	73
QUADRO 42 – PRIVATIZAÇÕES DE EMPRESAS DO SECTOR PÚBLICO.....	73
QUADRO 43 – SUBSÍDIOS A PREÇOS EFECTIVAMENTE PAGOS PARA AS EMPRESAS.....	74
QUADRO 44 – SUBSÍDIOS A PREÇOS NA ÓPTICA DO COMPROMISSO.....	74



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – REFERENCIA DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT VS WTI	14
GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT VS WTI	14
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO HOMÓLOGA.....	17
GRÁFICO 4 – DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO	17
GRÁFICO 5 – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO	21
GRÁFICO 6 – EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES POR CATEGORIA	22
GRÁFICO 7 – SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	23
GRÁFICO 8 – SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTO	23
GRÁFICO 9 – DESEMBOLSOS DAS LINHAS DE CRÉDITO	25
GRÁFICO 10 – SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA.....	26
GRÁFICO 11 – STOCK DA DÍVIDA GOVERNAMENTAL	27
GRÁFICO 12 – RECEITA ARRECADADA EM 2017	35
GRÁFICO 13 – RECEITA ARRECADADA EM 2016	35
GRÁFICO 14 – DESPESA REALIZADA EM 2017	38
GRÁFICO 15 – DESPESA REALIZADA EM 2016	38
GRÁFICO 16 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO EM 2017.....	41
GRÁFICO 17 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO EM 2016.....	41
GRÁFICO 18 – RECEITA ARRECADADA POR PROVÍNCIA EM 2017.....	45
GRÁFICO 19 – DESPESA REALIZADA POR PROVÍNCIA EM 2017	46



SIGLAS e ABREVIATURAS

Bbls	Barris de petróleo
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
BT MN	Bilhetes do Tesouro em Moeda Nacional
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CUT	Caixa Única do Tesouro
CGE	Conta Geral do Estado
CPP	Contratos de Partilha de Produção
CSS-FAA	Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas
<i>Cost Oil</i>	Custos Recuperáveis
DEMFAS	<i>Debt Management Financing Analysis System</i>
EASB	Empresa de Águas e Saneamento de Benguela
EASL	Empresa de Águas e Saneamento do Lobito
ENDE	Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade
EPAL	Empresa Provincial de Água de Luanda
FACRA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário
FGC	Fundo de Garantia de Crédito
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FSDEA	Fundo Soberano de Angola
GE	General Electric
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IPROCAC	Instituto de Promoção Coordenação da Ajuda às Comunidades
IGAPE	Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado
IRP	Imposto de Rendimento de Petróleo
ISEP	Instituto para o Sector Empresarial Público
Kz	Kwanzas
<i>LIBOR</i>	<i>London InterBank Offered Rate</i>
LR Finance	Linha de Crédito de Israel
Mbbl	Milhões de Barris
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MINED	Ministério da Educação
MINEA	Ministério da Energia e Águas
MINFIN	Ministério das Finanças
MININT	Ministério do Interior
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas



MINSA	Ministério da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
OGE	Orçamento Geral do Estado
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OT MN	Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional
OT – TXC	Obrigações do Tesouro - Títulos Indexados
PAE	Plano Anual de Endividamento
PAE REEST	Plano Anual de Endividamento Reestruturado
PART	Participação
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PC	Plano de Caixa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
pp	Pontos Percentuais
PNUH	Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
REEST	Reestruturado
REPIB	Reserva Estratégica Para Infra-Estruturas de Base
<i>Rollover</i>	Diferimento de Pagamento ou Obrigação/ Renegociação de Termos de Pagamento
SIGFE	Sistema de Gestão Financeira do Estado
TCUL	Transporte Colectivo Urbano de Luanda
TURA	Transporte Urbano Rodoviário de Angola
US\$	Dólares dos Estados Unidos da América
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WTI	<i>West Texas Intermediate</i>
VS	<i>Versus</i>

SIMBOLOGIA

N.D	Não disponível
*	Previsões / Estimativas

I. INTRODUÇÃO

01. A Conta Geral do Estado, abreviadamente CGE, compreende as contas de todos os órgãos da Administração Central e Local do Estado e dos serviços, institutos públicos e fundos autónomos, bem como da segurança social e dos órgãos de soberania.
02. A CGE é o conjunto de demonstrações financeiras, documentos de natureza contabilística, orçamental e financeira, relatórios de desempenho da gestão, relatórios e pareceres de auditoria correspondentes aos actos de gestão orçamental, financeira, patrimonial e operacional e a guarda de bens e valores públicos.
03. A CGE deve ser apresentada aos órgãos de controlo externo a cada exercício financeiro, nos prazos e condições previstos nas normas e legislação pertinentes.

Quadro 1 – Diplomas Legais de Suporte da CGE

Nº	DIPLOMA LEGAL	DESCRIÇÃO	NORMAS
1	Lei n.º 15/10, de 14 de Julho	Lei do Orçamento Geral do Estado	Artigo 58.º combinado com os n.ºs 2, 3 e 6 do Artigo 63.º, bem como a alínea a) do Artigo 64.º.
2	Lei n.º 12/13, de 11 de Dezembro	Lei de alterações à Lei n.º 15/10	
3	Lei n.º 22/16 de 30 de Dezembro	Aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2017	
4	Lei n.º 1/17 de 3 de Janeiro	Aprova as Instruções de Execução do Orçamento Geral de Estado 2017	
5	Decreto Executivo n.º 32/17, de 26 de Janeiro	Aprova as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado	
6	Lei n.º 13/10, de 09 de Julho	Aprova a Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas	Artigo 6.º, alínea a), conjugado com o Artigo 7º.
7	Lei n.º 13/17 de 6 de Julho	Aprova o Regimento da Assembleia Nacional	Artigos 275.º a 277.º
8	Decreto Presidencial n.º 31/18 de 07 de Fevereiro	Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças	Alínea q), n.º 3, Artigo 20º
9	Decreto n.º 39/09, de 17 de Agosto	Estabelece as normas e procedimentos a observar pelo Ministério das Finanças na fiscalização orçamental, financeira, patrimonial e operacional da Administração do Estado e dos órgãos que dele dependem (Decreto dos Ordenadores da Despesa)	Artigo 9.º

10	Decreto n.º 36/9, 12 de Agosto	Aprova o Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado	
----	--------------------------------	--	--

Fonte: *MINFIN*.

04. A elaboração da CGE obedece às disposições da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE), combinadas com o Decreto Executivo n.º 32/17, de 26 de Janeiro, e demais normas complementares, que constam do Quadro 1.
05. Para a elaboração da presente Conta Geral do Estado para o exercício de 2017, o Ministério das Finanças, através da Direcção Nacional de Contabilidade Pública, sustentou o seu trabalho nos dados constantes no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e no Sistema Contabilístico do Estado.
06. No entanto, a melhoria da elaboração da CGE é um processo contínuo, que deverá ter sempre em conta os seguintes aspectos:
 - i. Procedimento de reconciliação bancária.
 - ii. Apuramento dos projectos estruturantes finalizados e incorporação nas contas do activo definitivas.
 - iii. Controlo da execução da receita e despesa das unidades orçamentais no exterior (missões diplomáticas).
 - iv. Nível de registo no SIGFE dos institutos, serviços e fundos autónomos.
07. Para além da Introdução, a CGE de 2017 estrutura-se nos seguintes capítulos:
 - **Capítulo II – Sumário Executivo.** Faz uma síntese dos principais indicadores da CGE.
 - **Capítulo III – Evolução da CGE de 2011 a 2017.** Apresenta as melhorias efectuadas no conteúdo da Conta Geral do Estado desde 2011, bem como a adequação em função das recomendações do Tribunal de Contas.
 - **Capítulo IV – Conjuntura Económica Mundial e Nacional.** Resume a conjuntura macroeconómica internacional, incluindo taxas de crescimento do PIB, inflação, mercados e taxas de juros, bem como sector real da economia nacional, política fiscal, monetária e cambial e contas externas.

- **Capítulo V – Balanço do Plano Anual de Endividamento.** Apresenta as operações de emissão de dívida interna e externa, respectivo serviço, bem como o stock da dívida pública em percentagem do PIB.
 - **Capítulo VI – Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial.** Passa em revista o desempenho da receita e despesa, reflectido no Balanço Orçamental, nos Fluxos Financeiros Líquidos e na Posição Patrimonial do Estado.
 - **Capítulo VII – Fundos da Administração Directa e Indirecta do Estado.** Apresenta os fluxos de entradas e saídas de recursos provenientes do Tesouro Nacional, bem como as aplicações de fundos sob gestão de diversas instituições.
 - **Capítulo VIII – A Posição Patrimonial do Banco Nacional de Angola.** Apresenta a posição dos Activos, Passivos e Capitais Próprios do BNA.
 - **Capítulo IX – Sector Empresarial Público.** Apresenta de forma agregada os demonstrativos financeiros das empresas públicas (Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados), as participações do Estado sobre escrutínio do IGAPE, no País e no Estrangeiro.
 - **Capítulo X – Subsídios a Preços Transferidos Para Empresas.** Descreve o comportamento dos subsídios a preços transferidos para as diversas empresas do sector público, energia e águas, transportes e derivados de petróleo.
 - **Capítulo XI – Conclusões.** Apresenta algumas notas de conclusão da CGE.
 - **Glossário.** Retrata os conceitos que constam no documento respeitante às finanças públicas e a contabilidade pública, na visão da execução do Orçamento Geral do Estado.
08. Vários anexos detalham e auxiliam a compreensão das informações apresentadas ao longo do documento. São eles:
- Anexo 1 Resumo do Relatório de Gestão dos Órgãos do Sistema Contabilístico do Estado 2017
 - Anexo 2 Quadro Explicativo das Contas de Interferências e Mutações Patrimoniais Activas e Passivas.



- Anexo 3 Quadro Macro fiscal
- Anexo 4 Balanço Orçamental
- Anexo 5 Balanço Financeiro
- Anexo 6 Balanço Patrimonial
- Anexo 7 Demonstração das Variações Patrimoniais
- Anexo 8 Balancete
- Anexo 9 Resumo Geral da Execução da Receita por Natureza
- Anexo 10 Resumo Geral da Execução da Receita por Fonte de Recurso
- Anexo 11 Resumo Geral da Execução da Despesa por Natureza
- Anexo 12 Resumo Geral da Execução da Despesas por Função
- Anexo 13 Resumo Geral da Despesa de Funcionamento
por Unidade Orçamental
- Anexo 14 Resumo Geral da Execução da Despesa PIP
por Órgão do Governo
- Anexo 15 Resumo Geral da Execução da Despesa por Unidade Orçamental e
Órgão Dependente
- Anexo 16 Resumo Geral da Execução da Despesa por Província
- Anexo 17 Resumo Geral da Execução da Despesa
do Órgão Orçamental por Categoria
- Anexo 18 Demonstrativo dos Restos a Pagar
- Anexo 19 Resumo Geral da Execução da Despesa por Programa
- Anexo 20 Inventário dos Bens Públicos
- Anexo 21 Detalhe das Participações Directas do Estado
em Empresas no País

II. SUMÁRIO EXECUTIVO

09. As previsões actualizadas do FMI para a economia mundial, apontavam para uma ligeira recuperação em 2017. Entretanto, registou-se efectivamente um crescimento de 3,8% face ao período de 2016. Para 2018 e 2019, o FMI prevê um crescimento de 3,9%.
10. Relativamente à inflação mundial, era expectável um maior aumento das taxas de inflação nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento, influenciadas maioritariamente com a recuperação dos preços do petróleo.
11. Particularmente para a SADC, verificou-se uma aceleração da inflação em 2017 para 10,2%, sendo que este período estava projectada uma inflação de 6,9%.
12. O preço de petróleo em 2017 registou uma recuperação, com a inversão do curso decrescente observado em 2016.
13. O preço médio do Brent em 2017 foi de US\$ 52/barril.
14. No que respeita ao comércio mundial, as previsões para 2017 eram de um abrandamento no comércio externo ao nível da SADC.
15. O baixo preço do petróleo continuou a afectar negativamente a economia angolana em 2017, reflectindo-se numa taxa de crescimento negativa, de cerca de 2,5%.
16. Entre 2014 e 2017, verificou-se uma redução da despesa do Estado em cerca de 30%.
17. O ajustamento cambial foi insuficiente para deslocar a procura agregada para a produção local, por receio dos efeitos adversos sobre a inflação. No entanto, em 2017 foi possível reduzir a taxa de inflação, por via da combinação de políticas que incidiram sobre o controlo da liquidez e sobre a estabilização da oferta de bens essenciais.
18. O OGE de 2017 estimava receitas e despesas no valor de Kz 7.390.047 milhões.

19. Para o exercício de 2017, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 6.639.091 milhões e realizadas despesas no valor de Kz 6.804.473 milhões. Daí resultou um défice global no valor de Kz 165.382 milhões.
20. A receita arrecadada do exercício de 2017, foi de Kz 6.639.091 milhões, representando uma execução de cerca 90% em relação a receita estimada.
21. A receita arrecadada em 2017, decompõe-se da seguinte forma:
 - a) Receitas correntes no valor de Kz 3.315.031 milhões, correspondendo a uma execução de 80% e uma participação sobre a receita total de aproximadamente 50%.
 - b) Receitas de capital no valor de Kz 3.324.060 milhões, correspondendo a uma execução de 103% e uma participação sobre a receita total de aproximadamente 50%.
22. A despesa realizada no exercício de 2017 ascendeu ao montante de Kz 6.804.473 milhões, correspondendo a uma execução de 92% em relação a despesa autorizada.
23. A despesa realizada em 2017, decompõe-se da seguinte forma:
 - a) Despesas correntes no valor de Kz 3.367.645 milhões, correspondendo a uma execução de 91% em relação à despesa autorizada e uma participação sobre a despesa total de 49%.
 - b) Despesas de Capital no valor de Kz 3.436.828 milhões, correspondendo a uma execução de 93% em relação à despesa autorizada e uma participação sobre a despesa total de 51%.
24. Para o exercício de 2017 as receitas extra-orçamentais ascenderam a kz 13.463.867 milhões, enquanto as despesas extra-orçamentais ascenderam a kz 14.484.291 milhões.

25. Para o exercício de 2017 obteve-se um saldo negativo no valor de kz 1.185.806 milhões, através da análise do fluxo financeiro.
26. O Resultado Patrimonial para o exercício de 2017 apresentou-se negativo em Kz 4.010.422 milhões.
27. O stock da dívida governamental em 2017 totalizou Kz 13.179 mil milhões, decompondo-se em:
 - a) Dívida externa, Kz 6.394 mil milhões.
 - b) Dívida interna, Kz 5.958 mil milhões.
 - c) Dívida das empresas públicas, Kz 826 milhões.
28. O Estado detém participações em empresas nos mais diversos sectores de actividade, tanto no País e como no estrangeiro. No exercício de 2017, estas empresas apresentam um resultado líquido negativo de Kz 98.602 milhões.
29. Em 2017 o Estado recebeu dividendos no montante de:
 - a) Kz 252.744.951, de dividendos no País.
 - b) US\$ 111.652 e EUR 28.540, de dividendos no estrangeiro.
30. O processo de inventariação foi realizado com base nos bens adquiridos no período de 2004 e a 2017. O Valor patrimonial líquido de Kz 5.830.553 sofreu um decréscimo de 6% comparado com o ano de 2016.
31. No exercício em questão foram distribuídas doações a alguns sectores no valor de Kz 4.683.056 milhões.

III. EVOLUÇÃO DA CGE DE 2011 A 2017

32. Desde o exercício de 2011, registaram-se melhorias em termos de utilização do SIGFE, enquanto veículo de gestão orçamental, financeira e patrimonial do Estado.
33. Estas melhorias reflectem o esforço em trazer de forma clara e transparente todas operações ligadas à execução do OGE, de acordo com os programas emanados pelo Executivo Angolano.
34. A Conta Geral do Estado de 2017 foi elaborada tendo em conta as recomendações do Tribunal de Contas, contidas no relatório e parecer sobre a CGE referente aos Exercícios de 2015 e 2016, com destaque para as seguintes recomendações já implementadas:
 - a) Registos das garantias emitidas pelo Estado.
 - b) Melhoria na prestação de contas das Missões Diplomáticas e Consulares através do registo da receita e da despesa a partir de funcionalidade desenvolvida no SIGFE.
 - c) Informação sobre os resultados qualitativos e quantitativos alcançados na execução orçamental da despesa.
 - d) Informação sobre todas as participações do Estado nas empresas públicas.
35. Este esforço de melhoria sucessiva do conteúdo da CGE, tem permitido a incorporação de informação relevante sobre:
 - a) Dados de Utilização do SIGFE, como plataforma de gestão do Estado, em sede do processo constante de transparência na execução do OGE.
 - b) Informação sobre o desempenho do comércio externo, ao nível das importações e das exportações, evidenciando o saldo da Conta Corrente e de Capital.

- c) O desempenho do Programa Anual de Endividamento, detalhando o comportamento das emissões de papéis (Obrigações e Títulos do Tesouro), a apresentação das garantias emitidas para financiamento de projectos agrícolas e os desembolsos em linhas de crédito, o que garantiu também a apresentação do Rácio de Sustentabilidade.
- d) As transacções com a Sonangol EP e com as companhias petrolíferas, a título de receita declarada e no processo de pagamento de impostos, o que se reflecte directamente na receita arrecadada, em função do *cost oil* / recuperação de custos.
- e) A evolução do fundo de reservas, recursos domiciliados no Banco Nacional de Angola, nomeadamente os fundos REPIB (Receita Estratégica para Infra-Estruturas de Base) e Diferencial do Preço do Petróleo.
- f) Os fundos da Administração Directa e Indirecta com significância a nível de transacções em fluxos reais e capacidade de contribuição na economia.
- g) O resultado do processo de inventariação geral dos bens públicos, aos níveis central, local e no sector empresarial público.
- h) A posição das empresas do sector empresarial público, plano de privatizações, participações do Estado nas empresas, os subsídios operacionais e subvenções aos combustíveis.
36. No Quadro 2 podem ser observados os crescimentos no SIGFE entre 2013 a 2017.

Quadro 2 – Registos e Movimentos Efectuados no SIGFE

Nº	COMPONENTES	2013	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2013-2017 (%)
1	Unidades Orçamentais	547	595	609	621	613	11%
2	Órgãos Dependentes	1.786	2.116	2.115	2.314	2.344	24%
3	Utilizadores	8.760	11.266	15.326	16.536	23.779	63%
4	Documentos	12.694.398	19.791.799	23.362.336	26.803.322	30.1117.745	58%
5	Registos Contabilísticos	106.709.364	153.789.491	148.237.812	155.691.709	158.202.688	33%

Fonte: MINFIN.

IV. CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL E NACIONAL

Conjuntura Mundial

37. As previsões actualizadas do FMI para a economia mundial assinalavam que a economia mundial iria recuperar ligeiramente, e tendo registado um crescimento efectivo na ordem dos 3,8%, 0,4 pp acima do valor verificado em 2016.
38. Como se mostra no Quadro 3, é esperado que a trajectória de recuperação do produto mundial continue em 2018 e 2019, com os prognósticos a apontarem para uma taxa de crescimento de 3,9%.

Quadro 3 – Crescimento do PIB Mundial
(Em Percentagem)

N.º	Economias	Estrutura do PIB Mundial	Taxa de Crescimento Mundial				
			2015	2016	2017	2018	2019
1	Mundo	100	3,5	3,2	3,8	3,9	3,9
2	Economias Avançadas	40,7	2,3	1,7	2,3	2,5	2,2
3	EUA	15,1	2,9	1,5	2,3	2,9	2,7
4	Zona Euro	13,1	2,1	1,8	2,3	2,4	2
5	Japão	4,2	1,4	0,9	1,7	1,2	0,9
6	Reino Unido	2,2	2,3	1,9	1,8	1,6	1,5
7	Economias Emergentes e em Desenvolvimento	59,3	4,4	4,8	4,9	5,1	5,1
8	BRICS	32,6	2,1	2,1	3,5	3,9	4
9	Nigéria	0,9	2,7	-1,6	0,8	2,1	1,9
10	África Subsaariana	3	3,4	1,4	2,8	3,4	3,7
11	SADC	1,2	3,4	2,7	2,8	3	3,6

Fonte: FMI, WEO.

39. A revisão em alta pelo FMI reflecte o aumento do ímpeto do crescimento global e o impacto esperado das alterações recentemente aprovadas na política tributária dos EUA. Por outro lado, esta recuperação no crescimento foi em grande medida influenciada pelo desempenho das economias europeias e asiáticas.
40. Prevê-se que as economias emergentes e em desenvolvimento verifiquem uma recuperação sustentada das suas economias, com o crescimento a aumentar de 4,9% em 2017 para 5,1% em 2018 e 2019.
41. Este crescimento poderá ser impulsionado principalmente pelos países importadores de *commodities*. Contudo, reflecte também melhorias graduais das

condições dos grandes exportadores de *commodities*, depois de recessões experimentadas em 2015-16.

42. Para os EUA, o crescimento em 2017 foi positivo, de 2,3%, cerca de 0,8 pp acima do crescimento verificado em 2016, e a perspectiva de crescimento de 2,9% em 2018.
43. Para a Zona Euro, registou-se em 2017 um crescimento igualmente de 2,3%, e previsto crescer 0,1 pp em 2018, para 2,4%.
44. Em relação à África Subsaariana, registou um crescimento do produto na ordem dos 2,8% em 2017 e com uma perspectiva de 3,4% para 2018, um incremento de cerca de 0,6 pp.

Inflação Mundial

45. No que respeita à inflação mundial, como mostra o Quadro 4, com a recuperação dos preços das principais *commodities*, e em particular, do petróleo, registou-se um ritmo maior do aumento da taxa de inflação nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Quadro 4 – Inflação Mundial
(Em Percentagem)

N.º	Economias	2015	2016	2017	2018	2019
1	Economias Avançadas	0,3	0,8	1,7	2,0	1,9
2	E.U.A	0,1	1,3	2,1	2,5	2,4
3	Zona Euro	0,0	0,2	1,5	1,5	1,6
4	Japão	0,8	-0,1	0,5	1,1	1,1
5	Reino Unido	0,0	0,7	2,7	2,7	2,2
6	Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,7	4,3	4,0	4,6	4,3
7	BRICS	7,1	5,7	3,5	3,8	4,2
8	Brasil	9,0	8,7	3,4	3,5	4,2
9	Rússia	15,5	7,1	3,7	2,8	3,8
10	China	1,4	2,0	1,6	2,5	2,6
11	Índia	4,9	4,5	3,6	5,0	5,0
12	África do Sul	4,6	6,3	5,3	5,3	5,3
13	Nigéria	9,0	15,7	16,5	14,0	14,8
14	SADC	5,5	10,0	10,2	8,8	6,9

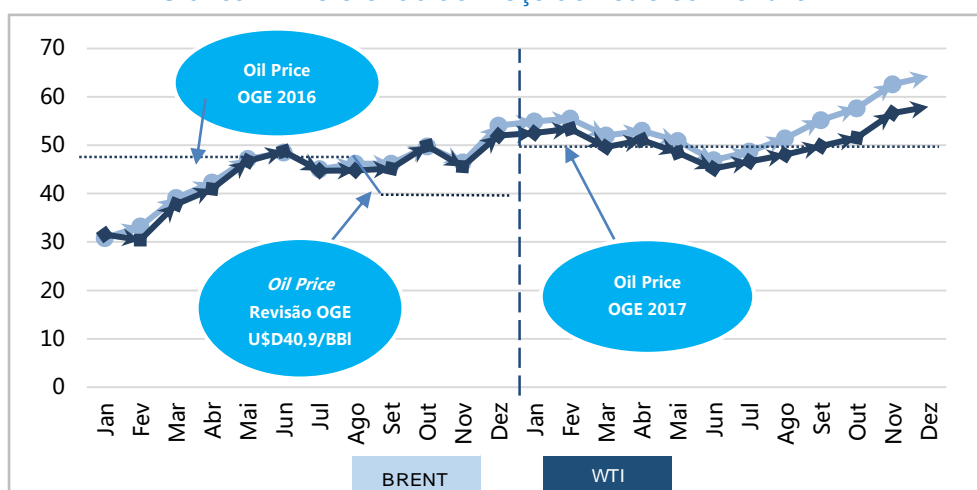
Fonte: FMI, WEO.

46. Para os EUA a inflação em 2017 foi de 2,1%, enquanto nos BRICS foi de 3,5% no mesmo ano.
47. Já na SADC, verificou-se uma aceleração na inflação em 2017, para 10,2%, devendo esta inverter-se até 2019, ano em que se estima que a inflação venha a ser de 6,9%.

Mercado Petrolífero, Taxa de Juro e Comércio Internacional

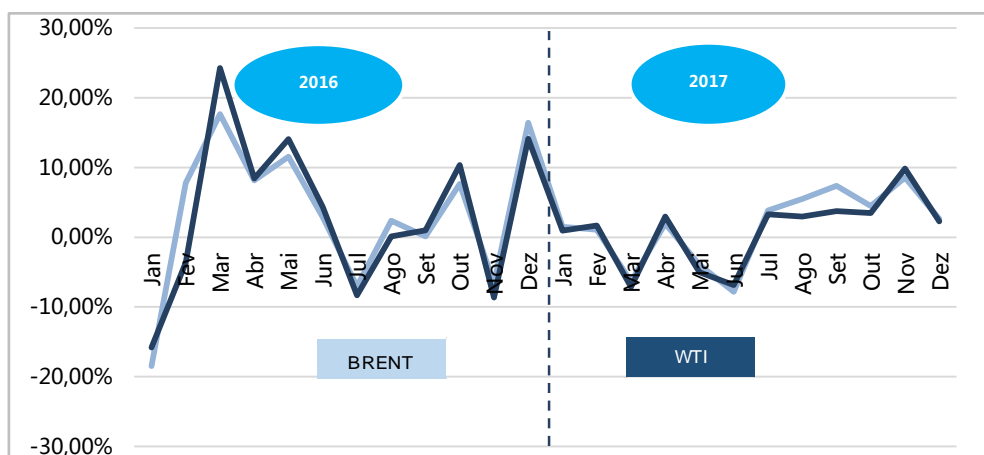
48. O preço do petróleo em 2017 registou uma recuperação, com a inversão do curso decrescente observado em 2016.

Gráfico 1 – Referência do Preço do Petróleo Brent vs WTI



Fonte: World Bank/Indexmundi

Gráfico 2 – Variação do Preço do Petróleo Brent vs WTI



Fonte: World Bank/Indexmundi.

49. O preço médio rondou os US\$ 52/Bbls, reflectindo as expectativas de redução dos níveis de produção nos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e das condições geopolíticas no Médio Oriente.
50. De acordo com o FMI, em 2017, a taxa de juro de referência (*London InterBank Offered Rate* – LIBOR) para depósitos a 6 meses, em Dólares Americanos, foi de 1,4%, e espera-se um aumento em 0,94 pp, para 2,4% em 2018.
51. No que concerne ao comércio mundial, o crescimento do comércio mundial foi de 4,9% em 2017, contra os 2,3% de crescimento registados em 2016.
52. Todavia, para 2019 prevê-se um abrandamento ligeiro para 4,7%, devido essencialmente ao abrandamento esperado nos EUA, Japão e Reino Unido, conforme ilustrado no Quadro 5.

Quadro 5 – Crescimento do Comércio Mundial
(Em Percentagem)

N.º	Economias		Taxa de Crescimento Mundial				
			2015	2016	2017	2018	2019
1	Mundo	Comércio Mundial	2,7	2,3	4,9	5,1	4,7
		Importações	2,6	2,3	4,8	5,4	4,9
		Exportações	2,9	2,2	5	4,7	4,4
2	Economias Avançadas	Importações	4,6	2,7	4	5,1	4,5
		Exportações	3,8	2	4,2	4,5	3,9
3	Países Emergentes	Importações	-0,9	1,8	6,4	6	5,6
		Exportações	1,5	2,6	6,4	5,1	5,3
4	SADC	Importações	-0,9	-1,9	-1,9	7,0	7,3
		Exportações	0,8	2,9	1,7	5,5	5,9

Fonte: FMI/ WEO-Abril de 2018 (FMI).

Conjuntura Nacional, Sector Real, Fiscal e Externo

53. Como resultado da queda acentuada e prolongada do preço do barril de petróleo no mercado internacional desde 2014, a economia Angolana tem evidenciado acentuados desequilíbrios nas suas contas internas e externas.
54. Consequentemente, e considerando as perspectivas sobre a evolução do mercado petrolífero, foram adoptadas várias medidas de gestão conjuntural para

amortecer os impactos do choque do preço do petróleo, nomeadamente de natureza fiscal e monetária.

55. No ano de 2017, os efeitos dos baixos preços do petróleo continuaram a afectar negativamente a economia Angolana, reflectindo-se em taxas de crescimento negativas de cerca de 2,5%.
56. Na óptica da oferta agregada da economia, a justificação para este desempenho recessivo do crescimento do PIB vem do colapso das importações de bens de consumo intermédio, matérias-primas e de consumo final, que em 2016 observaram reduções para níveis pouco abaixo de metade dos níveis verificados em 2013/2014.
57. Pelo lado da procura agregada, o OGE e a taxa de câmbio constituem os dois principais canais de transmissão para a economia nacional dos choques do preço do petróleo.
58. Em 2017 no mercado primário, a taxa de câmbio de referência do kwanza face o dólar norte-americano fechou com uma cotação de Kz 166,749, contra os Kz 166,732 de Dezembro de 2016, indicando uma ligeira depreciação de aproximadamente 0,013% o que demonstra um período de estabilidade da cotação da moeda nacional ao longo do ano de 2017.

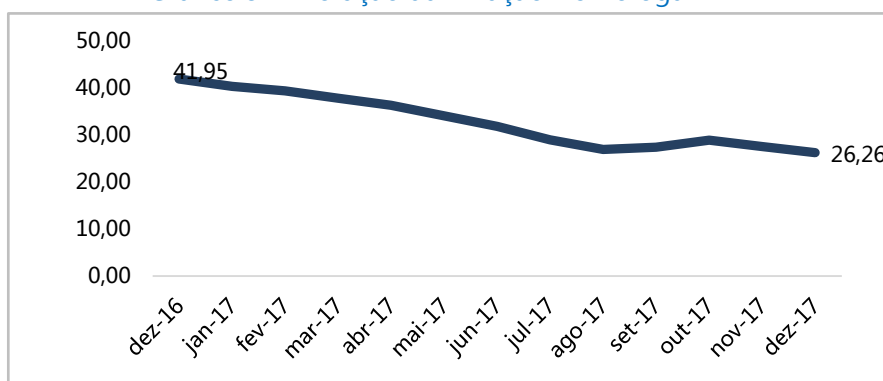
Quadro 6 – Taxas de Câmbio nos Diversos Mercados
(Em Percentagem)

N.º	Descrição	2014	2015	2016	2017
1	Mercado Primário (US\$/Kz)	102,86	135,31	165,90	165,92
2	Variação Média	5%	32%	23%	0%
3	Mercado Secundário - Divisas (US\$/Kz)	103,72	137,71	169,00	170,54
4	Variação Média	5%	39%	34%	1%
5	Mercado Informal (US\$/Kz)	123,75	264,58	474,16	415,83
6	Variação Média	18%	114%	79%	-12%
7	Casas de Câmbio (US\$/Kz)	117,9	221,07	378,4	247,99
8	Variação Média	16%	88%	71%	-34%

Fonte: BNA

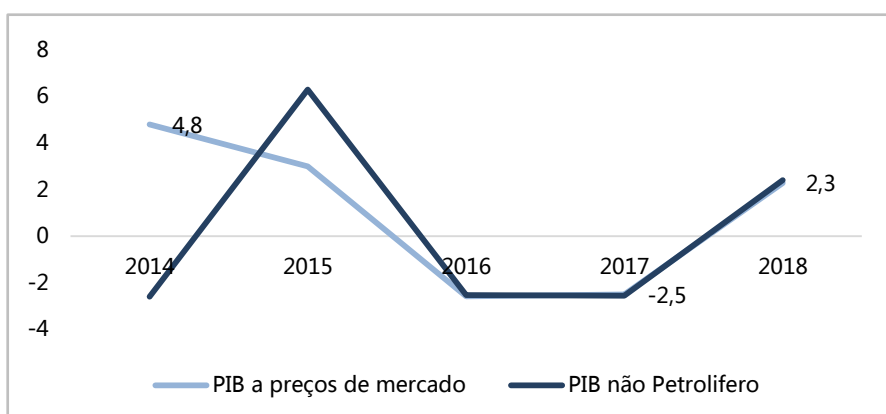
59. Entre 2014 e 2017 a despesa do Estado foi reduzida em cerca de 30%, enquanto o ajustamento cambial foi insuficiente para deslocar a procura agregada para a produção local, por receio dos efeitos adversos sobre a inflação.
60. Todavia, pese embora a conjuntura financeira mais adversa, o quadro inflacionário desacelerou significativamente do final de 2016 para o final 2017, verificando-se uma redução de cerca de 15.69 pp, para 26%.
61. Não obstante os níveis ainda considerados altos, foi possível reduzir a taxa de inflação em 2017, por via da combinação de políticas que incidiram sobre o controlo da liquidez e sobre a estabilização da oferta de bens essenciais.

Gráfico 3 – Evolução da Inflação Homóloga



Fonte: BNA/MINFIN.

Gráfico 4 – Desempenho do Produto Interno Bruto



Fonte: BNA/MINFIN.

62. Em 2017 a Conta Corrente registou uma melhoria significativa comparativamente com o ano de 2016, tendo reduzido o seu défice em 79,5%, visto que as exportações de bens e serviços aumentaram numa magnitude superior ao das importações, não obstante o agravamento dos défices dos rendimentos primários e secundários.
63. Apesar de uma melhoria em 2017 da Conta de Bens, em 38%, a Conta Corrente registou um saldo deficitário na ordem de US\$ 633 milhões, contra US\$ 3.085 milhões de 2016.
64. Isso deveu-se ao crescimento dos saldos negativos da Conta de Serviços, de rendimentos primários e secundários em cerca de 7,6%, 42% e 3,2%, respectivamente. O rácio da conta corrente sobre o PIB passou de 3,1% para 0,5%.
65. Por outro lado, a Conta de Capital apresentou uma expansão de US\$ 2 milhões, ao passar de US\$ 0,6 milhões no ano de 2016 para US\$ 2,6 milhões em 2017, fruto do incremento na concessão de licenças de exploração pesqueira aos armadores não residentes.
66. A Conta Financeira registou uma melhoria do seu *défice*, ao passar de US\$ 4.889 milhões em 2016, para US\$ 789 milhões em 2017, resultado fundamentalmente da redução do investimento directo em Angola.
67. O investimento directo líquido apresentou um agravamento, ao passar de US\$ 453 milhões em 2016 para US\$ 8.749 milhões em 2017. Este comportamento foi influenciado pela diminuição do investimento estrangeiro em Angola (Passivos) em US\$ 7.217 milhões, e o aumento do investimento de Angola no exterior (Activo) em US\$ 1.079 milhões, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 – Investimento Directo pela Balança de Pagamentos
(Milhões de US\$)

N.º	Descrição	2016			2017		
		Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo
1	Investimento Directo no Estrangeiro	-	273	-273	-	1.352	- 1.352
2	Investimento Directo em Angola						
3	Agricultura	-	-	-	-	-	-
4	Comercio	1	-	1	11	-	11
5	Construção Civil	2	-	2	7	-	7
6	Indústria	38	-	38	3	-	3
7	Prestação de Serviços	5	-	5	4	-	4
8	Transporte	1	-	1	-	-	-
9	Financeiro / Bancos	235	340	- 105	3		3
10	Diamantes	-	-	-	214	345	-131
11	Petrolífero	10.780	10.902	-122	5.967	13.261	-7.293
12	Sub-Total	11.062	11.242	-180	6.208	13.605	-7.397
	Total Geral	11.062	11.515	-453	6.208	14.957	-8.749

Fonte: BNA/MINFIN.

68. A balança de pagamentos registou em 2017 um saldo global deficitário na ordem de US\$ 4.902 milhões, contra um superavit de US\$ 403 milhões registados em 2016, fruto do fraco desempenho quer da Conta Corrente como e, sobretudo, da Conta de Capital e Financeira.

Reservas Internacionais

69. As Reservas Internacionais Brutas têm como princípios base da sua gestão a preservação do capital, a elevada liquidez dos activos financeiros que a compõem e a obtenção de retorno ajustado ao perfil conservador do Banco Nacional de Angola enquanto Banco Central, à luz da política de investimento aprovada pelo Comité de Investimentos.
70. As metas da gestão das reservas internacionais materializada através da política de investimento visam:
- Garantir a liquidez necessária para o cumprimento das obrigações soberanas de curto prazo em moeda estrangeira e os objectivos da estabilidade do valor da moeda nacional;
 - Diversificar a carteira tendo em conta as oportunidades de investimento;

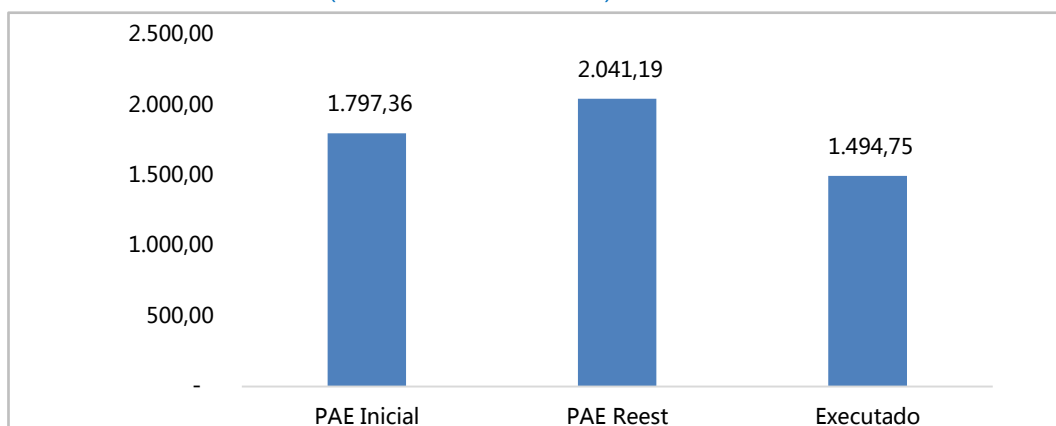
- c) Gerir com parcimónia os activos que compõem as reservas internacionais, considerando que estes representam, quer uma garantia para o país, quer uma parcela significativa da sua riqueza.
71. A política de investimentos e os instrumentos de gestão das reservas internacionais, em 2017 mantiveram-se consistentes com os anos anteriores, distribuídas em 3 tranches: (i) de liquidez; (ii) intermedia; (iii) de investimento, sendo elegíveis como activos de reserva, de acordo com o quadro legal em vigor e em consonância com as boas práticas internacionais, os instrumentos do mercado monetário, os instrumentos de rendimento fixo (soberanos, supranacionais, agências governamentais e corporativa com elevada qualidade), os instrumentos de rendimento variável que garantem a preservação de capital e Ouro Monetário.
72. A posição das Reservas Internacionais Brutas no final de 2017 foi de US\$ 17.989 milhões, contra US\$ 24.352 milhões no final de 2016, correspondente a uma cobertura de 7,64 meses de importação, contra 10,43 meses em 2016. No final de Dezembro, a posição das reservas internacionais líquidas situava-se em US\$ 13.352 milhões, o que corresponde a uma perda na ordem dos 36%.

V. BALANÇO DO PLANO ANUAL DE ENDIVIDAMENTO

Emissão de Dívida Interna

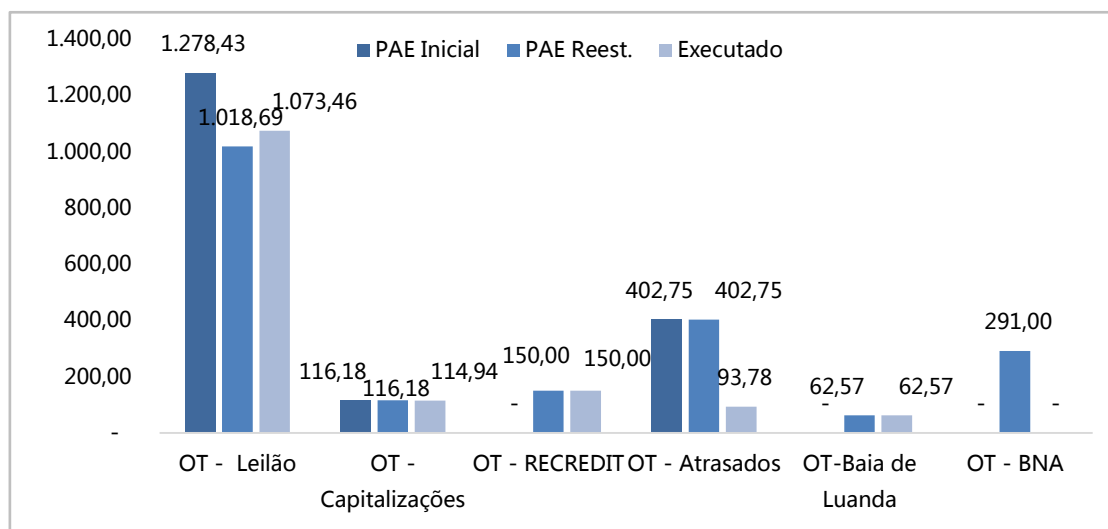
73. A Dívida Interna Titulada compreende os Bilhetes do Tesouro (BT), as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT MN) e as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT ME).
74. As emissões dos Bilhetes do Tesouro realizadas ao longo de 2017 totalizaram cerca de Kz 1.708 mil milhões, distribuídos pelas maturidades de 91, 182 e 364 dias, que corresponderam aos montantes de Kz 471 mil milhões (28%), Kz 523 mil milhões (31%) e Kz 714 mil milhões (42%), respectivamente.
75. No que concerne às Obrigações do Tesouro, foi inicialmente previsto no PAE um total de captações na ordem dos Kz 1.797 mil milhões, reestruturado para Kz 2.041 mil milhões por forma a permitir a acomodação de operações não previstas inicialmente no PAE.
76. Contudo, o grau de execução posicionou-se em cerca de 73%, correspondendo ao montante de Kz 1.494 mil milhões.

Gráfico 5 – Emissão de Obrigações do Tesouro
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

Gráfico 6 – Emissão de Obrigações por Categoria
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

77. Deve-se evidenciar que ao longo de 2017 foram realizadas emissões de OT no valor de Kz 940 mil milhões que não constituíram entradas de recurso na CUT, destinadas nomeadamente a:
- a) Capitalização das instituições públicas financeiras e não financeiras (Kz 114 mil milhões).
 - b) Capitalização da RECREDIT (Kz 150 mil milhões).
 - c) Regularização de Atrasados (Kz 93 mil milhões).
 - d) Conversão do Projecto Baía de Luanda a favor do Estado (Kz 62 mil milhões).

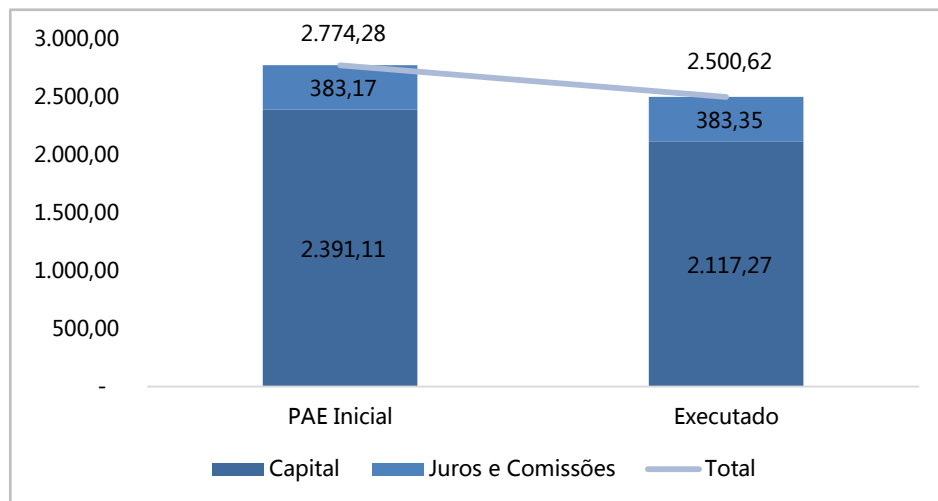
Operações de *rollover* de títulos em posse do Banco Nacional de Angola (BNA), totalizando cerca de Kz 521 mil milhões, correspondendo a cerca de 55% do total de OT que não constituíram entradas de recurso na CUT.

78. Em 2017 registaram-se desembolsos de contratos de mútuo na ordem dos Kz 50 mil milhões. O montante programado era de Kz 122 mil milhões, o que representa um grau de execução de 34% do programado.

Serviço da Dívida Interna

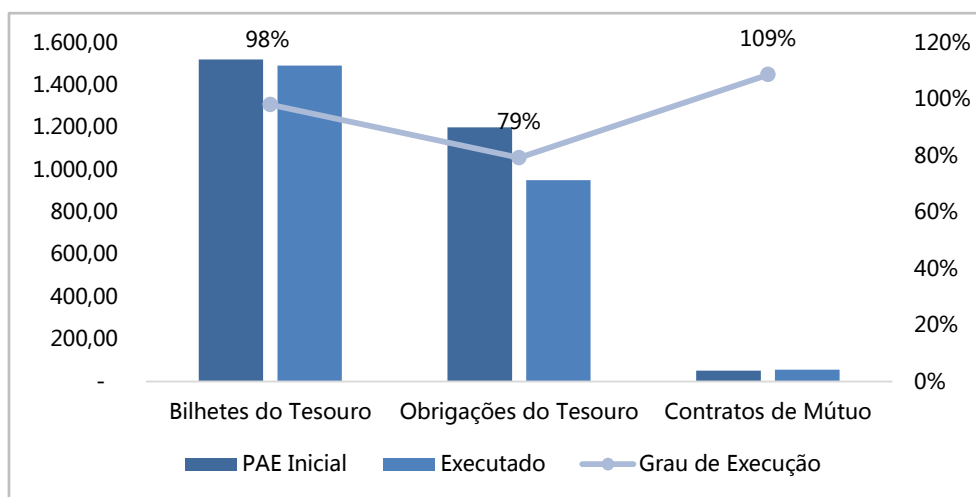
79. O serviço da dívida interna foi programado em Kz 2.774 mil milhões, dos quais cerca de Kz 2.391 mil milhões de pagamento de resgate (86%) e Kz 383 mil milhões de pagamento de juros (14%).

Gráfico 7 – Serviço da Dívida Interna
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

Gráfico 8 – Serviço da Dívida Interna por Instrumento
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

80. No período em referência efectuaram-se pagamentos na magnitude de Kz 2.500 mil milhões, um grau de execução de 90% comparativamente ao programado.

81. Este grau de execução resultou da combinação do serviço de bilhetes do tesouro, obrigações do tesouro e contratos de mútuo.

Dívida Externa - Desembolsos de Linhas de Crédito e Serviço

82. No âmbito do programa de recursos previstos para o financiamento do OGE para 2017, foi proposto um montante total de Kz 7.390 mil milhões, agregando tanto as fontes fiscais, para-fiscais patrimoniais e endividamento público.
83. A estratégia do Executivo para 2017 foi gizada com vista a assegurar a captação de recursos financeiros através das tradicionais linhas de crédito à exportação, com ou sem garantia de petróleo, de modo a canalizar esses recursos especificamente para os projectos de investimento público prioritários e que se encontram em curso.
84. Importa referir que para o exercício económico de 2017 entraram em vigor 74 acordos de financiamento externo, no sector da Construção com um montante total de Kz 247 mil milhões, e nos sectores de Energia e Águas e Transportes, no valor de Kz 458 mil milhões, como mostra o Quadro 8.

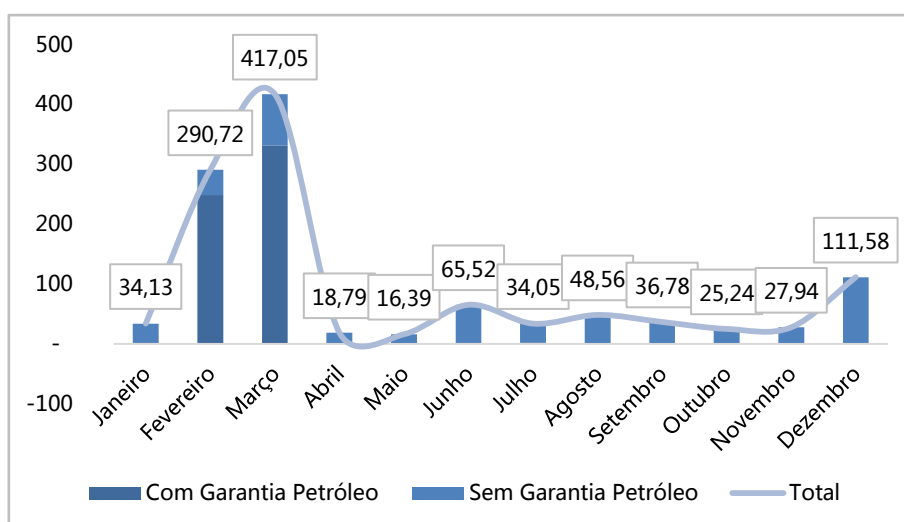
Quadro 8 – Sectores Financiados por Linhas de Crédito Externa
(Milhões de Kwanzas)

Nº	Sector	Valor
1	Gabinete de Gestão de Futungo de Belas e Mussulo	71.068
2	Gabinete de Obras Especiais	20.517
3	Governo Provincial da Lunda Sul	4.420
4	Ministério da Agricultura	265
5	Ministério da Construção	247.276
6	Ministério da Defesa	14.444
7	Ministério da Defesa	16.465
8	Ministério da Energia e Águas	458.929
9	Ministério da Geologia e Minas	19.559
10	Ministério das Pescas	399
11	Ministério da Saúde	10.194
12	Ministério dos Transportes	43.863
Total Geral		907.399

Fonte: MINFIN.

85. Estes projectos foram financiados maioritariamente pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB), pela 2ª e 3ª facilidade, e pela General Electric Capital (GE).
86. O financiamento da GE no montante total de US\$ 1,1 mil milhões destinou-se essencialmente a treze (13) projectos no sector da Energia e Águas.
87. No que respeita às necessidades brutas de financiamento para o ano de 2017, estava previsto no PAE 2017 um montante total de Kz 4.697 mil milhões.
88. Desse valor, Kz 3.494 mil milhões seriam provenientes de fontes internas e Kz 1.183 mil milhões seriam provenientes de fontes externas de financiamento.

Gráfico 9 – Desembolsos das Linhas de Crédito
 (Mil Milhões de Kwanzas)

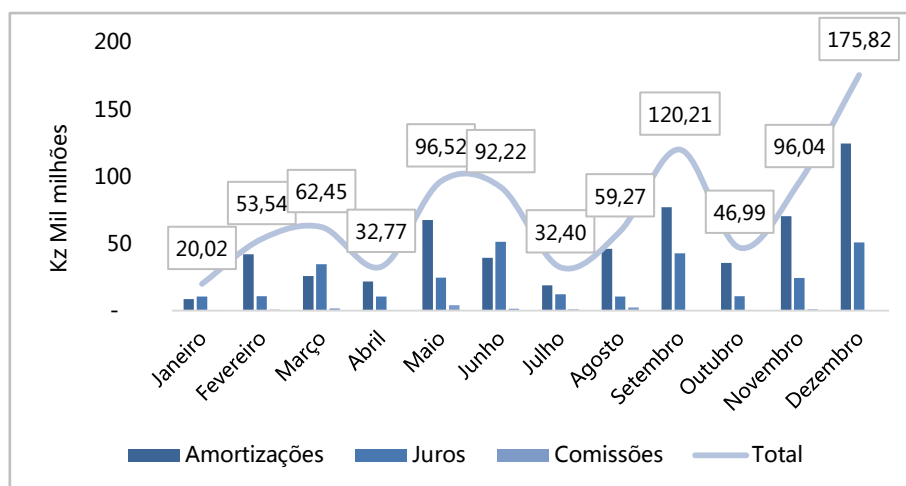


Fonte: MINFIN.

89. Em conformidade com os dados do *Debt Management Financing Analysis System* (DMFAS), na óptica dos desembolsos efectivos, registaram-se desembolsos na ordem de Kz 1.126 mil milhões, o equivalente a USD 6,00 mil milhões.
90. Esses desembolsos resultaram de fontes externas com garantia petróleo, num valor de Kz 588,90 mil milhões, e sem garantia petróleo de Kz 537 mil milhões, como ilustra o Gráfico 9.

91. No que concerne ao serviço da dívida externa, foi previsto no PAE 2017 um montante total de Kz 979 mil milhões. Contudo, até o mês de Dezembro executou-se um montante total de Kz 888 mil milhões, o equivalente a USD 5,38 mil milhões, como ilustra o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Serviço da Dívida Externa
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

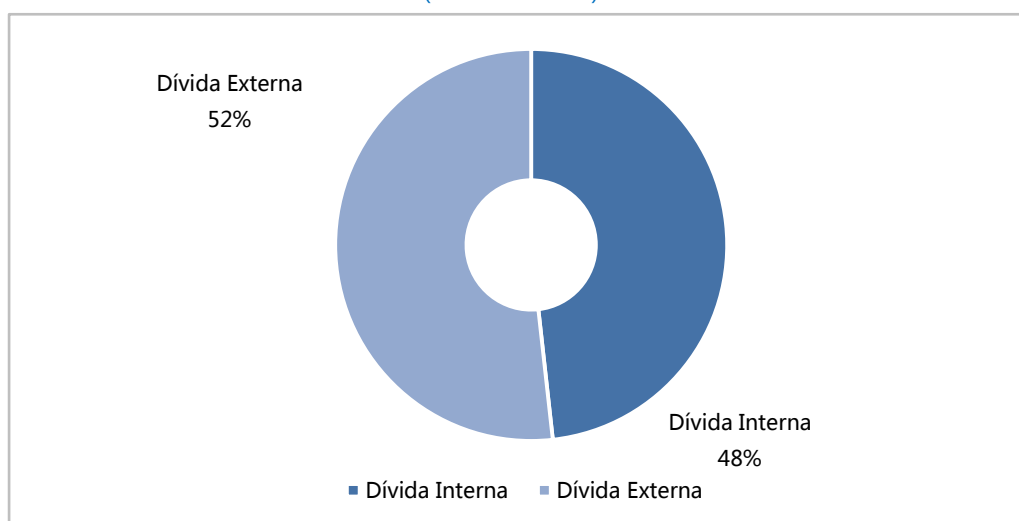
Stock da Dívida Interna e Externa

92. O stock da dívida governamental em Dezembro de 2017 estava composto por 52% de dívida externa, Kz 6.394,15 mil milhões, equivalente a USD 38,73 mil milhões, e 48% por dívida interna, Kz 5.958,64 mil milhões, equivalente a USD 36,09 mil milhões.
93. Esses valores somavam um total de dívida governamental de Kz 12.352,79 mil milhões, equivalente a USD 74,82 mil milhões.
94. A nível da dívida interna, o stock a 31 de Dezembro de 2017 ficou em torno de Kz 5.958,64 mil milhões, equivalente a USD 36,09 mil milhões.
95. As Obrigações do Tesouro contribuíram com a maior fatia, correspondendo a 77% do total da dívida interna, perfazendo um montante de Kz 4.623,43 mil milhões, dos quais as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional com um total de Kz

4.001,80 mil milhões e as Obrigações em Moeda Externa com um total de Kz 621,62 mil milhões.

96. Relativamente aos Bilhetes do Tesouro, registou-se um stock de Kz 1.158,04 mil milhões, enquanto para os Contratos de Mútuo o stock da dívida situou-se na ordem de Kz 177,17 mil milhões.

Gráfico 11 – Stock da Dívida Governamental
 (Em Percentual)



Fonte: MINFIN.

Garantias Concedidas

97. O Quadro 9 lista as garantias concedidas pelo Estado, registadas a favor de diversas entidades beneficiárias, totalizando o valor de Kz 183.750,00 milhões.

Quadro 9 – Garantias Concedidas
(Milhões de Kwanzas)

N/O	Entidade Beneficiária	Valor
1	EMPRESA FRESCANGOL	16
2	PROGRAMA CRÉDITO AGRÍCOLA	859
3	PROGRAMA CRÉDITO AGRÍCOLA	1.375
4	PROGRAMA CRÉDITO AGRÍCOLA	1.719
5	RDSTP	320
6	TAAG	4.172
7	TAAG	5
8	BATAS HOLDING	944
9	SODIAM	4.540
10	SODIAM	19.812
11	BIOCOM	34.671
12	ALASSOLA	8.200
13	MAHINA YETU	8.951
14	ANGOLA CABLES	21.463
15	ANGOLA CABLES	18.127
16	BPC	53.625
17	TAAG	4.953
Total Geral		183.750

Fonte: MINFIN.

98. O stock da Dívida Governamental era de Kz 12.352 mil milhões, correspondendo a 59% do PIB, que foi de Kz 20.815 mil milhões.
99. Já o stock da Dívida Pública era de Kz 13.179 mil milhões, correspondendo a 63% do PIB.
100. O Quadro 10 ilustra o stock da Dívida Pública por financiadores externos.

Quadro 10 – Stock da Dívida Pública por Credores Externos

Nº	Designação	Milhões USD	Milhões Kz
1	Multilateral	2.123	350.430
2	F.A.D	79	13.063
3	F.I.D.A	21	3.534
4	I.D.A	552	91.161
5	OPEC FUND	4	731
6	B.A.D	1.124	185.564
7	Outros	341	56.377
8	Bilateral	7.905	1.305.025
9	Brasil	1.154	190.474
10	Índia	50	8.272
11	Espanha	49	8.097
12	Polónia	81	13.377
13	Portugal	580	95.742
14	China	5.307	876.131
15	Outros	684	112.933
16	Bancos Comerciais e Instituições Financeiras	22.819	3.767.346
17	DBSA	525	86.676
18	Deutsche/Espanha	566	93.369
19	Firststrand Bank Ltd	138	22.725
20	BBVA	332	54.804
21	VTB Bank (Austria)	142	23.457
22	ICBC	705	116.313
23	BNP/Paribas	360	59.462
24	ING Bank-Holanda	186	30.674
25	JBIC	743	122.648
26	Caixa Geral de Depósitos	37	6.136
27	HSBC Bank-Espanha	388	64.074
28	Ste General Banque	156	25.747
29	KFW	69	11.449
30	JICA	210	34.674
31	Soc. Generale Canada	186	30.673
32	AMRO Bank	186	30.674
33	VTB Capital PLC	1.776	293.170
34	China Development Bank	15.556	2.568.230
35	Outros	560	92.389
36	Fornecedores	4.383	723.705
37	LR	2.867	473.391
38	GEMCORP	557	91.969
39	GE Capital Limited	644	106.258
40	EL Sewedy Electric	56	9.235
41	Outros	260	42.853
42	Eurobonds	1.500	247.647
43	Stock Total	38.730	6.394.154

Fonte: MINFIN.

VI. BALANÇO ORÇAMENTAL, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

101. A execução orçamental, financeira e patrimonial no Exercício económico de 2017, reflecte o desempenho da receita e despesa, bem como os fluxos reais que fluíram ao longo do Exercício.

Execução Macro Fiscal

102. A Execução Macro Fiscal (Anexo 3) compreende todos os dispositivos, procedimentos, regras e instituições que sustentam a condução da política fiscal da administração pública, sendo, portanto, sinónimo de governança fiscal. Nela é assegurada a sustentabilidade das finanças públicas e da dívida pública.
103. Para o exercício fiscal de 2017, a Receita Fiscal, excluindo a Receita de Financiamento, registou o montante de Kz 3.546 mil milhões, representando um aumento de 3% face ao ano de 2016.
104. No que concerne às Despesas Fiscais, excluindo a Amortização de Passivos Financeiros, esta totalizou aproximadamente Kz 4.823 mil milhões, sendo que a combinação Receitas vs Despesas resultaram num Saldo Fiscal deficitário de KZ 1.277 mil milhões, cerca de 6,1% do PIB.
105. A previsão para o défice feita no OGE foi de 5,8% do PIB.

Contrapartidas Internas no OGE

106. De acordo com o Capítulo II – Ajustes Orçamentais, da Lei 22/16 de 30 de Dezembro, que aprovou o OGE para o ano 2017, durante o exercício de 2017 diferentes unidades orçamentais solicitaram contrapartidas internas, dentro dos seus limites e Quadros orçamentais, tendo como propósito o ajustamento da despesa de acordo com crédito disponível, como apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Contrapartidas Orçamentais por Categoria Económica
(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Rótulos de Linha	OGE Inicial	OGE Final (Executado)	Diferencial
1	Amortização - Dívida Externa	574.675	780.641	205.965
2	Amortização - Dívida Interna	1.279.144	1.283.498	4.354
3	Bens e Serviços	937.372	1.106.723	169.351
4	Juros - Dívida Externa	222.284	222.284	-
5	Juros - Dívida Interna	261.874	332.520	70.646
6	Outras Despesas de Capital	1.568.457	1.532.613	- 35.844
7	Outras Transferências	476.040	448.576	-27.465
8	Pessoal	1.616.046	1.556.563	-59.483
9	Reservas	90.000	10.887	-79.113
10	Transferência de Capital	72.276	1.955	-70.321
11	Transferência Subsídio A Preço	249.234	71.219	- 178.015
12	Transferência Subsídios Operacionais	42.646	42.569	-76
Total Geral		7.390.047	7.390.047	-

Fonte: MINFIN.

Balanço Orçamental

107. O Balanço Orçamental representa um demonstrativo contabilístico, onde se discriminam os saldos das receitas estimadas e das despesas autorizadas, comparando com o nível de execução nas diferentes naturezas, podendo resultar em superavit, deficit ou ainda em equilíbrio orçamental.
108. O OGE 2017 apresenta a estimativa de receitas e despesas autorizadas no valor de Kz 7.390.047 milhões.
109. Como se demonstra no Quadro 12, para o exercício de 2017, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 6.639.091 milhões e realizadas despesas no valor de Kz 6.804.473 milhões, resultando num défice global de Kz 165.382 milhões.
110. A interpretação do défice do exercício, deve ser feita na perspectiva da entrada das Receitas em Caixa / Bancos (i.e. impostos petrolíferos e não petrolíferos, financiamentos).

-
111. A despesa realizada (Liquidação) na leitura do deficit orçamental não representa pagamentos efectivos que afectem a tesouraria, mas sim a obrigação (passivo) do Estado de proceder ao pagamento num prazo de 90 dias.
112. Os fluxos de caixa e / ou saldos decorrentes das operações de Entradas e Saídas de Recursos é representado e analisado pelo Fluxo Financeiro.

Quadro 12 – Balanço Orçamental
(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Receita	Estimada	Arrecadada			Despesa	Autorizada	Realizada		
			2017	Exec. %	Part. %			2017	Exec. %	Part. %
1	Receitas Correntes	4.163.744	3.315.031	80%	50%	Despesas Correntes	3.694.413	3.367.645	91%	49%
2	Tributária	2.388.493	2.313.180	97%	35%	Pessoal e Contrib. Empregador	1.554.989	1.498.092	96%	22%
3	Patrimonial	1.218.328	974.800	80%	15%	Bens	419.410	324.036	77%	5%
4	Serviços	7.991	15.037	188%	0%	Serviços	688.535	518.590	75%	8%
5	Transferências Correntes	0	1.635	100%	0%	Juros da Dívida	484.158	548.315	113%	8%
6	Rec. Corr. Diversas	548.745	10.264	2%	0%	Subsídios	113.788	93.668	82%	1%
7	Indemnizações	187	115	61%	0%	Transferências Correntes	433.533	384.944	89%	6%
8	Receitas de Capital	3.226.303	3.324.060	103%	50%	Despesas de Capital	3.684.747	3.436.828	93%	51%
9	Alienações	1.713	943	55%	0%	Investimentos	1.444.153	1.311.984	91%	19%
9.1	Financiamentos	3.224.590	3.323.117	103%	50%	Transferências de Capital	18.571	10.224	55%	0%
9.2	<i>Internos (Títulos)</i>	<i>1.660.167</i>	<i>1.754.549</i>	<i>106%</i>	<i>26%</i>	Despesas de Capital Financeiro	2.218.405	2.114.533	95%	31%
10	<i>Externos (Desembolsos)</i>	<i>1.564.423</i>	<i>1.568.568</i>	<i>100%</i>	<i>24%</i>	Outras Despesas de Capital	3.618	87	2%	0%
11						Reservas	10.887		0%	0%
12	Total da Receita	7.390.047	6.639.091	90%	100%	Total da Despesa	7.390.047	6.804.473	92%	100%
13	Deficit Orçamental		<i>165.382</i>							
	Total Geral	7.390.047	6.804.473	92%	100%	Total Geral	7.390.047	6.804.473	92%	100%

Fonte: MINFIN.

113. Reforçam-se assim os princípios contabilísticos, em que receita arrecadada deve ser analisada na óptica de caixa. Isto é, são consideradas como receitas arrecadadas, aquelas que fluíram no exercício ou período em análise. Já a despesa realizada deve ser analisada na óptica da especialização do exercício (compromisso / competência), respeitando o princípio da prudência, onde é considerado para efeito de registo o menor activo previsto, e o maior passivo esperado.

Receitas Arrecadadas

114. As Receitas Correntes Arrecadadas totalizaram Kz 3.315.031 milhões, correspondendo a uma execução de 80% em relação à receita prevista, e uma participação de 50% sobre a receita total arrecadada.
115. Relativamente as Receitas de Capital, foi arrecadado o valor de Kz 3.324.060 milhões, correspondendo a uma execução de 103% e uma participação sobre a receita total de 50%, como mostra o Quadro 13.

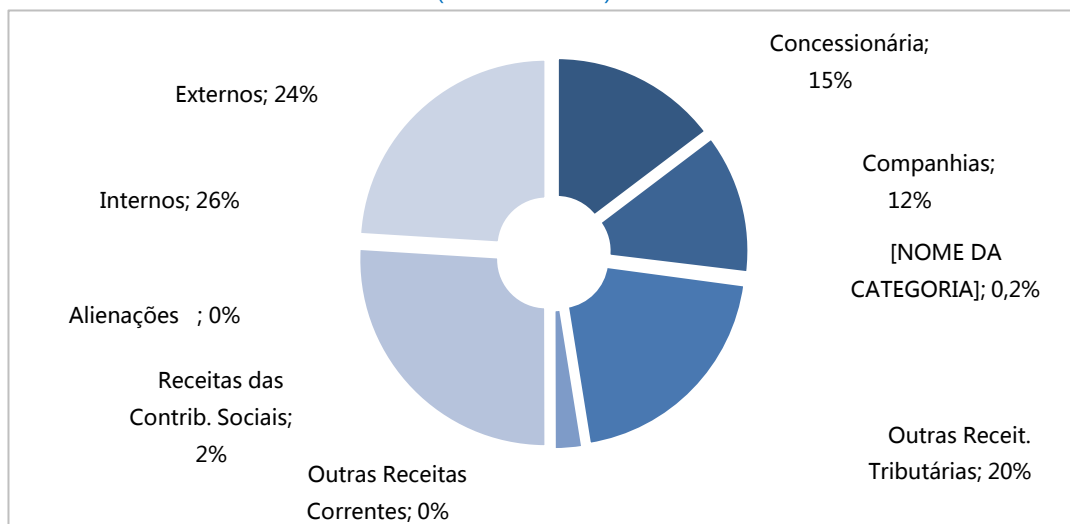
Quadro 13 – Receitas Arrecadada
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Receitas	Prevista		Arrecadada		Exec. %	Exec. %	Part. %	Var. %
		2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017	Homóloga
1	Correntes	3.484.031	4.163.744	2.601.718	3.315.031	75%	80%	50%	27%
2	Petrolíferas	1.536.504	1.696.145	1.073.171	1.785.929	70%	105%	27%	66%
3	Concessionária	968.068	1.216.569	563.745	974.442	58%	80%	15%	73%
4	Companhias	568.436	479.576	509.426	811.487	90%	169%	12%	59%
5	Diamantíferas	11.000	9.072	12.779	14.200	116%	157%	0,2%	11%
6	Outras Receitas Tributárias	1.580.520	1.734.974	1.357.061	1.348.728	86%	78%	20%	-1%
7	Outras Receitas Patrim. e Correntes	164.560	550.691	4	358	0%	0%	0%	>500%
8	Receitas de Contribuições Sociais	191.447	172.862	158.703	165.816	83%	96%	2%	4%
9	Capital	3.475.697	3.226.303	3.293.957	3.324.060	95%	103%	50%	1%
10	Alienações	2.139	1.713	1.518	943	71%	55%	0%	-38%
11	Financiamentos	3.473.558	3.224.590	3.292.440	3.323.117	95%	103%	50%	1%
12	Internos	2.089.350	1.660.167	1.288.918	1.754.549	62%	106%	26%	36%
13	Externos	1.384.208	1.564.423	2.003.522	1.568.568	145%	100%	24%	-22%
	Total Geral	6.959.728	7.390.047	5.895.675	6.639.090	85%	90%	100%	13%

Fonte: MINFIN.

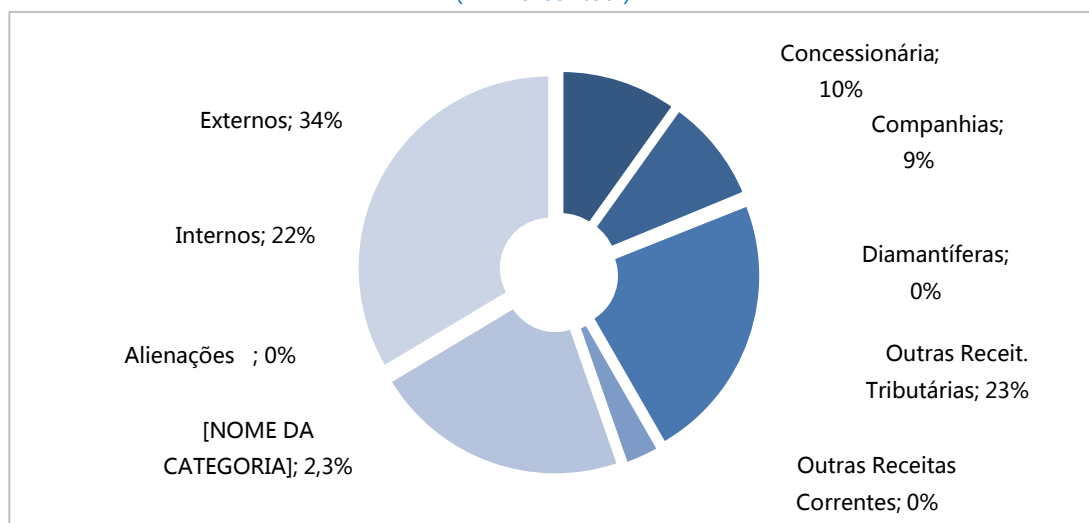
116. Os gráficos 12 e 13 demonstram as receitas arrecadadas no exercício de 2017, comparando com o exercício de 2016.

Gráfico 12 – Receita Arrecadada em 2017
(Em Percentual)



Fonte: MINFIN.

Gráfico 13 – Receita Arrecadada em 2016
(Em Percentual)



Fonte: MINFIN.

Receitas Correntes

117. A Receita do Sector Petrolífero é repartida pela receita da Concessionária e pelas receitas das outras companhias petrolíferas, apresentando uma arrecadação em 105% em relação a Receita Prevista no OGE de 2017.

118. Os impostos de rendimentos e produção de diamantes tiveram uma arrecadação de 157%, agregando a produção industrial e a artesanal pelas operadoras (i.e. Catoca, Chitotolo). Referir que apesar desta execução, o peso sobre a Receita Total arrecadada não é significativo.
119. As Receitas Tributárias não petrolíferas registaram uma arrecadação de 78% e uma participação de 20%, ainda com uma execução inferior quando comparado com a receita petrolífera arrecadada.
120. Outras Receitas Patrimoniais e Correntes, registaram uma execução de 0,1% em relação à receita prevista, (Receitas de Serviços Comerciais, Notariado e Diversos, bem como Receitas com Indemnizações e Rendas de Imóveis). Quando comparado com o período homólogo há uma variação positiva em cerca de 500%, resultado da fraca execução no Exercício de 2016.
121. Receitas das Contribuições Sociais arrecadadas pelo INSS, tiveram uma execução de 96%. Esta receita provém das contribuições dos empregados e das instituições empregadoras, no momento do pagamento das remunerações.

Receitas de Capital

122. As Receitas de Alienações registaram uma arrecadação de 55% em relação à receita prevista, diversificada por alienações de Habitações e Bens Diversos.
123. As Receitas de Financiamento Interno e Externo foram arrecadadas em 103% sobre a Receita Prevista, dividida em Bilhetes e Obrigações do Tesouro e os Desembolsos das Linhas de Crédito com arrecadação de 106% e 100% respectivamente.

Despesas Realizadas

124. Para o período em análise, as Despesas Correntes realizadas ascenderam a Kz 3.367.645 milhões, correspondendo a uma execução de 91%, em relação à despesa autorizada, e uma participação de 49% sobre a despesa total.

125. Realizaram-se Despesas de Capital no valor de Kz 3.436.828 milhões, observando-se uma execução de 93%, com uma participação de 51% sobre a despesa total.
126. O Quadro 14 apresenta a realização da Despesa por natureza para o exercício de 2017.

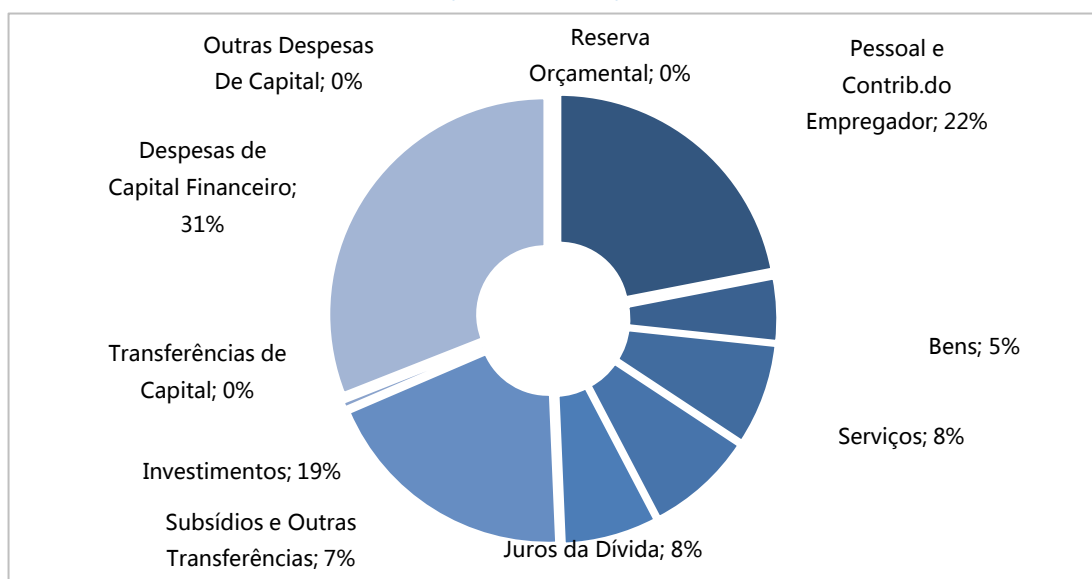
Quadro 14 – Despesas Realizada
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Natureza da Despesa	Prevista		Realizada		Exec. %	Exec. %	Part. %	Var. %
		2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017	Homóloga
1	Correntes	3.565.838	3.694.413	2.887.329	3.367.645	81%	91%	49%	17%
2	Pessoal e Contribuições do Empregador	1.562.988	1.554.989	1.387.563	1.498.092	89%	96%	22%	8%
3	Bens	309.475	419.410	184.274	324.036	60%	77%	5%	76%
4	Serviços	660.411	688.535	439.785	518.590	67%	75%	8%	18%
5	Juros da Dívida	406.410	484.158	356.490	548.315	88%	113%	8%	54%
6	Subsídios e Outras Transferências	626.554	547.321	519.217	478.612	83%	87%	7%	-8%
7	Capital	3.392.985	3.695.634	2.492.161	3.436.828	73%	93%	51%	38%
8	Investimentos	1.040.214	1.444.153	634.255	1.311.984	61%	91%	19%	107%
9	Transferências de Capital	89.422	18.571	6.653	10.224	7%	55%	0%	54%
10	Despesas de Capital Financeiro	2.259.172	2.218.405	1.847.131	2.114.533	82%	95%	31%	14%
11	Outras Despesas De Capital	4.177	3.618	4.122	87	99%	2%	0%	-98%
12	Reserva Orçamental	906	10.887	0	0	0%	0%	0%	0%
	Total Geral	6.959.728	7.390.047	5.379.490	6.804.473	77%	92%	100	26%

Fonte: MINFIN.

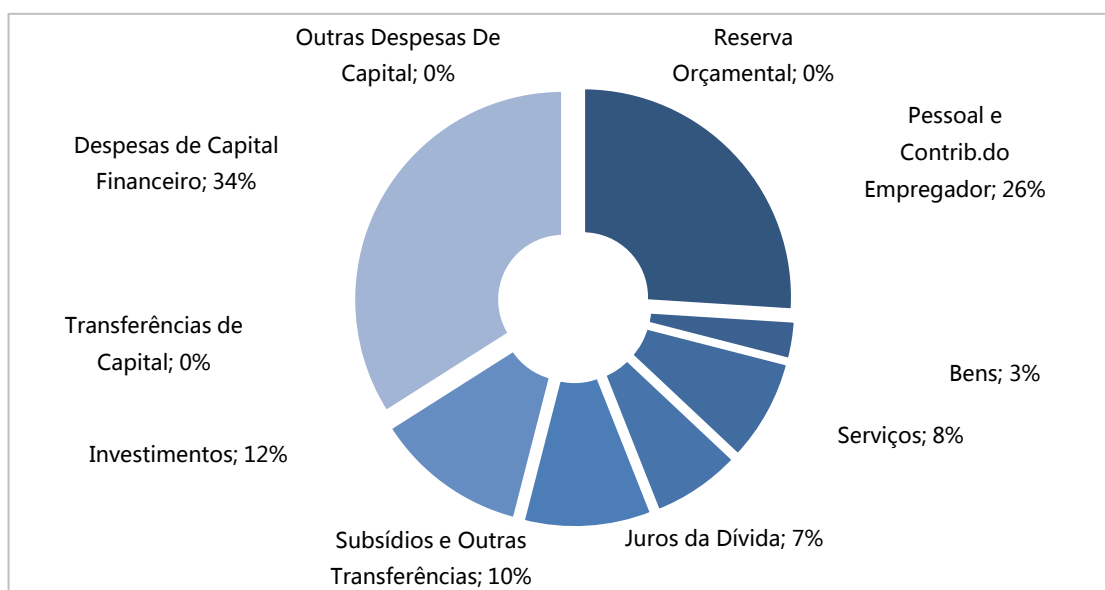
127. Os gráficos 14 e 15 espelham a decomposição da despesa realizada no exercício de 2017 vs exercício de 2016.

Gráfico 14 – Despesa Realizada em 2017
(Em Percentual)



Fonte: MINFIN.

Gráfico 15 – Despesa Realizada em 2016
(Em Percentual)



Fonte: MINFIN.

Despesas Correntes

128. Encargos com Pessoal, registou uma realização de 96% e participação significativa de 22% sobre a despesa Total Realizada. Esta despesa apresenta uma execução

linear dado que se refere ao pagamento de salários e obrigações remuneratórias, ainda que em situação mais restrita em termos de disponibilidade de tesouraria.

129. Despesas com Juros da Dívida, registaram uma realização de 113%, e uma participação de 8% na despesa total, o que demonstra o pagamento dos compromissos assumidos com credores do Estado, tanto para as instituições dentro do território nacional, como no exterior.
130. Com uma execução de 77% e 75%, respectivamente, as Despesas em Bens e Serviços foram realizadas para a manutenção das estruturas básicas das instituições e a acomodação das despesas indispensáveis para realização da função concessionária pela Sonangol.
131. Nas Despesas com Subsídios e Transferências obteve-se uma execução de 87%, e uma participação de 7% nas despesas totais realizadas, sendo estas caracterizadas principalmente pelos subsídios operacionais, subsídios às empresas públicas, transferências para as famílias, bolsas de estudo e subsídios para entidades tradicionais.

Despesas de Capital

132. A execução da Despesa de Amortização de Passivos Financeiros foi de 95%, compreendendo o reembolso de capital para os credores externos, como o VTB Capital, Bank of Tokyo; Banco de Bilbao Vizcaya; Santander Global Banking & Markets.
133. As Despesas de Investimento tiveram uma execução de 91%, desagregada em Construções de Imóveis, Infra-estruturas e Instalações, Meios e Equipamentos de Transporte e Aquisição de Imóveis.

Execução da Despesa por Função do Governo

134. A Execução da Despesa por Função, como apresentada no Quadro 15, não espelha as Operações da Dívida Pública e esboça o mais alto nível de agregação

da acção governamental nos diferentes sectores, como por exemplo, Saúde, Educação, Defesa e Protecção Social.

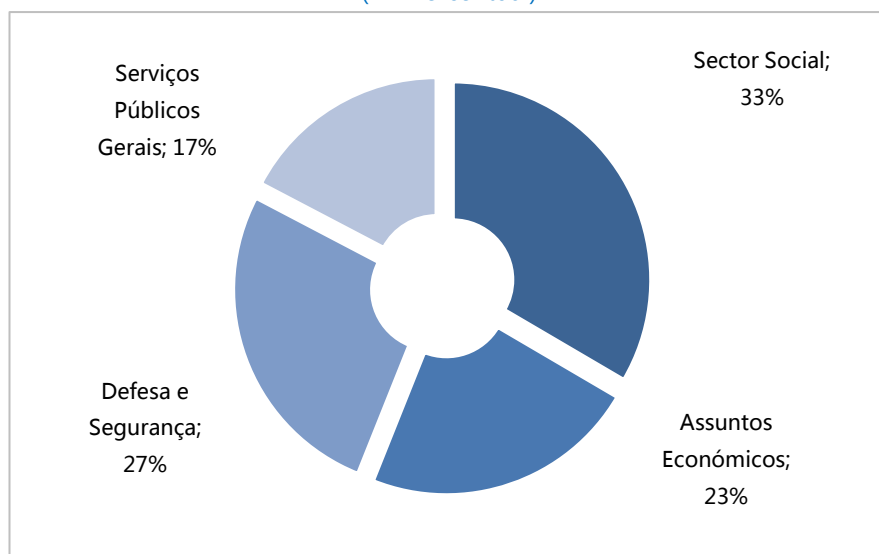
Quadro 15 – Despesas Realizadas por Função em 2017
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Funções do Governo	Autorizada		Realizada		Exec%		Part%	Var %
		2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017	Homóloga
1	Sector Social	1.807.768	1.660.701	1.092.325	1.407.403	60%	85%	33%	29%
2	Educação	474.567	470.630	382.163	410.796	81%	87%	10%	7%
3	Saúde	303.570	265.880	197.156	210.577	65%	79%	5%	7%
4	Protecção Social	592.559	492.532	371.886	423.942	63%	86%	10%	14%
5	Habitação e Serviços Comunitários.	406.923	341.037	121.323	298.938	30%	88%	7%	146%
6	Recreação Cultura e Religião	23.879	49.784	17.891	36.730	75%	74%	1%	105%
7	Protecção Ambiental	6.270	40.838	1.906	26.419	30%	65%	1%	>500%
8	Assuntos Económicos	790.270	1.058.213	605.412	951.840	77%	90%	23%	57%
9	Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça.	48.636	45.821	34.713	34.111	71%	74%	1%	-2%
10	Combustíveis e Energia	352.713	393.655	326.451	379.778	93%	96%	9%	16%
11	Indústria Extractiva	34.244	27.816	21.529	15.900	63%	57%	0%	-26%
12	Assuntos Económicos Gerais	103.186	63.591	39.107	41.916	38%	66%	1%	7%
13	Transportes	229.026	505.297	170.075	464.846	74%	92%	11%	173%
14	Comunicações e Tecnologias de Informação	21.780	17.760	13.188	12.955	61%	73%	0%	-2%
15	Outros Actividades Económicas	675	3.980	349	2.336	52%	59%	0%	>500%
16	(I&D) Em Assuntos Económicos.	10	293	0	0	0%	0%	0%	0%
17	Defesa e Segurança	1.048.430	1.201.413	975.588	1.121.056	93%	93%	27%	15%
18	Defesa Nacional	561.023	666.413	507.846	616.806	91%	93%	15%	21%
19	Segurança e Ordem Pública	487.407	535.000	467.742	504.250	96%	94%	12%	8%
20	Serviços Públicos Gerais	1.653.353	850.777	1.287.046	728.968	78%	86%	17%	-43%
	Total Geral	5.299.821	4.771.104	3.960.371	4.209.267	75%	88%	100%	6%

Fonte: MINFIN.

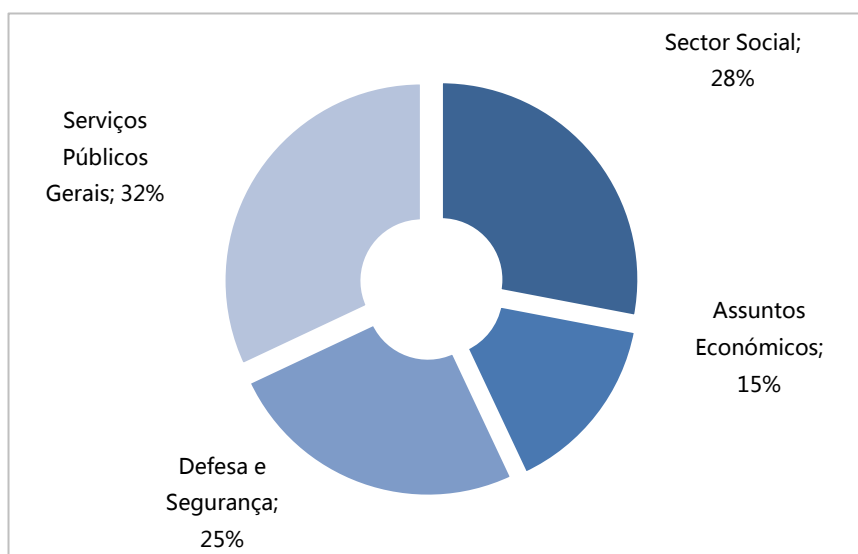
135. Os gráficos 16 e 17 espelham a decomposição da despesa realizada no Exercício de 2017 vs Exercício de 2016.

Gráfico 16 – Despesa Realizada por Função em 2017
(Em Percentual)



Fonte: *MINFIN*.

Gráfico 17 – Despesa Realizada por Função em 2016
(Em Percentual)



Fonte: *MINFIN*.

Despesa Por Função dos Programas de Investimento Público

136. As despesas executadas em Projectos de Investimento Público (PIP) apresentam os gastos efectuados em formação bruta de capital fixo e em bens duradouros.

137. No exercício de 2017, esta despesa foi realizada em Kz 1.301.126 milhões, representando uma execução de 45%, como Quadro 16.
138. De referir que grande parte do PIP representa a execução de obras de infra-estruturas públicas, desagregadas por função e sub-função, tendo os sectores Social e Económico execuções de 43% e 47% respectivamente.

Quadro 16 – Despesa Realizada por Função – PIP em 2017
(Milhões de Kwanzas)

N.º		Autorizada		Realizada		Exec. %		Part. %	Var. %
		2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017	Homóloga
1	Sector Social	810.634	874.616	112.385	373.310	14%	43%	29%	232%
2	Educação	38.068	62.591	3.436	23.763	9%	38%	2%	592%
3	Saúde	54.481	68.522	4.566	30.127	8%	44%	2%	560%
4	Protecção Social	3.458	907	2	331	0%	36%	0%	>500%
5	Habitação e Serviços Comunitários	705.132	655.661	103.845	291.266	15%	44%	22%	180%
6	Recreação, Cultura e Religião	7.153	17.883	432	4.940	6%	28%	0%	>500%
7	Protecção Ambiental	2.342	69.051	104	22.882	4%	0%	2%	>500%
8	Sector Económico	1.103.431	1.845.733	459.684	865.836	42%	47%	67%	88%
9	Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	38.030	39.656	11.052	14.613	29%	37%	1%	32%
10	Combustíveis e Energia	610.811	777.997	288.586	377.917	47%	49%	29%	31%
11	Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	27.541	18.163	11.482	8.003	42%	44%	1%	-30%
12	Assuntos Económicos Gerais	22.712	6.650	8.577	1.585	38%	24%	0%	-82%
13	Comunicação	28.612	23.136	8.747	8.605	31%	37%	1%	-2%
14	Transportes	375.226	979.488	131.240	455.112	35%	46%	35%	247%
15	(I&D) em Assuntos Económicos.	20	586	0	0	0%	0%	0%	0%
16	Outros Serviços Económicos	479	58	0	0	0%	0%	0%	0%
17	Defesa e Segurança	39.409	107.621	7.350	46.607	19%	43%	4%	534%
18	Defesa Nacional	11.231	54.155	151	22.189	1%	41%	2%	>500%
19	Segurança e Ordem Pública	28.178	53.467	7.199	24.418	26%	46%	2%	239%
20	Serviços Públicos Gerais	61.790	37.180	3.846	15.374	6%	41%	1%	300%
	Total Geral	2.015.264	2.865.151	583.265	1.301.126	29%	45%	100%	123%

Fonte: MINFIN.

139. Esta despesa está sujeita a mutações no valor a executar para o Programa de Investimento Público, de acordo ao Capítulo II - Ajustes Orçamentais, da Lei 22/16 de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2017.
140. Nesta disposição legal, estipula-se o seguinte: *"Para a execução do OGE/2017, o Presidente da República enquanto Titular do Poder Executivo, é autorizado a inscrever novos projectos do Programa dos Investimentos Públicos de significativa importância para o alcance dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, com a fonte de financiamento assegurada"* .
141. O impacto da execução orçamental por sectores na vida das populações, é visto na forma como os diferentes órgãos do sistema contabilístico do Estado (Órgãos da Administração Directa e Indirecta do Estado) afectaram as Despesas para garantia do bem-estar social, tais como:
- a) Programa de alargamento da rede de equipamentos sociais e infra-estrutura;
 - b) Programa de desenvolvimento do ensino primário e secundário;
 - c) Reabilitação e expansão dos sistemas urbanos de água e saneamento;
 - d) Construção e reabilitação de unidades hospitalares para a prestação de cuidados primários de saúde; e
 - e) Expansão da rede de infra-estruturas de energia eléctrica, entre outras realizações.
142. O detalha da execução destes programas e projectos por órgãos se encontram no anexo 1 (Resumo dos Relatórios de Gestão dos Órgãos do Sistema Contabilístico do Estado).

Receita Arrecadada e Despesa Realizada por Província

143. No Quadro 17, apresentam-se os valores da Receita Prevista / Arrecadada e da Despesa Autorizada / Realizada por província. O Quadro 17 demonstra o comportamento da receita e despesa dentro do território nacional.

Quadro 17 – Receita Arrecadada e Despesa Realizada por Província

(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Descrição	Receita			Despesa		
1	Província	Receita OGE	Arrecadada	Exec%	Despesa OGE	Realizada	Exec%
2	Bengo	644	98	15%	27.764	22.256	80%
3	Benguela	10.584	11.797	111%	75.380	67.202	89%
4	Bié	827	113	14%	46.106	38.767	84%
5	Cabinda	6.542	6.015	92%	31.961	25.838	81%
6	Cuando Cubango	386	682	177%	29.375	24.891	85%
7	Cuanza Norte	1.294	218	17%	25.113	20.879	83%
8	Cuanza Sul	2.362	721	31%	41.627	34.081	82%
9	Cunene	5.330	9.509	178%	26.247	20.283	77%
10	Estrutura Central	7.071.807	6.281.439	89%	6.465.224	6.031.106	93%
11	Exterior	5.055	5.757	114%	32.595	6.055	19%
12	Huambo	2.439	1.847	76%	66.240	57.300	87%
13	Huíla	4.161	4.334	104%	58.676	52.333	89%
14	Luanda	265.720	300.790	113%	218.095	210.855	97%
15	Lunda Norte	1.098	175	16%	34.787	27.807	80%
16	Lunda Sul	1.140	67	6%	22.871	18.215	80%
17	Malange	837	194	23%	33.940	25.318	75%
18	Moxico	652	485	74%	36.555	30.119	82%
19	Namibe	1.959	3.931	201%	28.916	24.037	83%
20	Uíge	944	144	15%	49.724	39.602	80%
21	Zaire	6.266	10.773	172%	38.851	27.529	71%
	Total Geral	7.390.047	6.639.090	90%	7.390.047	6.804.473	92%

Fonte: MINFIN.

144. No gráfico 18 apresenta-se a receita que foi arrecada em cada uma das 18 províncias em 2017. Já no gráfico 19 apresenta-se a despesa realizada, também por província.

Gráfico 18 – Receita Arrecadada por Província em 2017
 (Mil Milhões de Kwanzas)

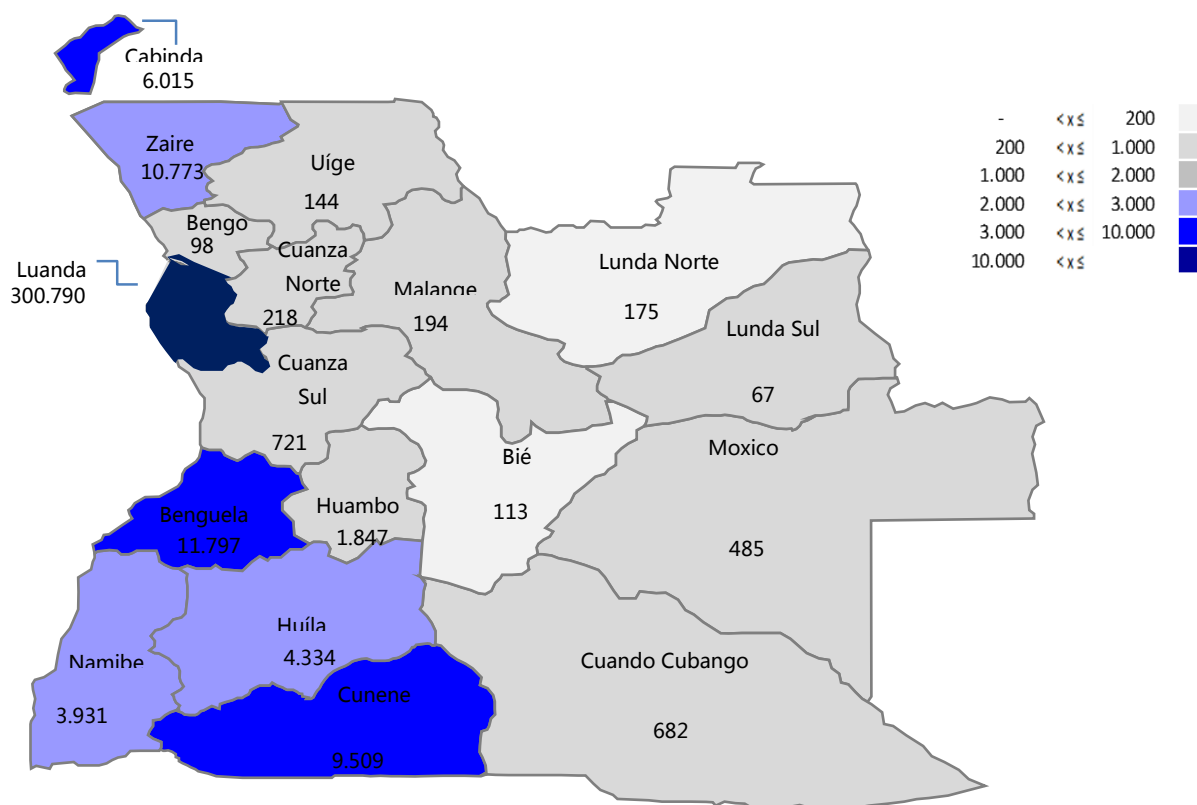
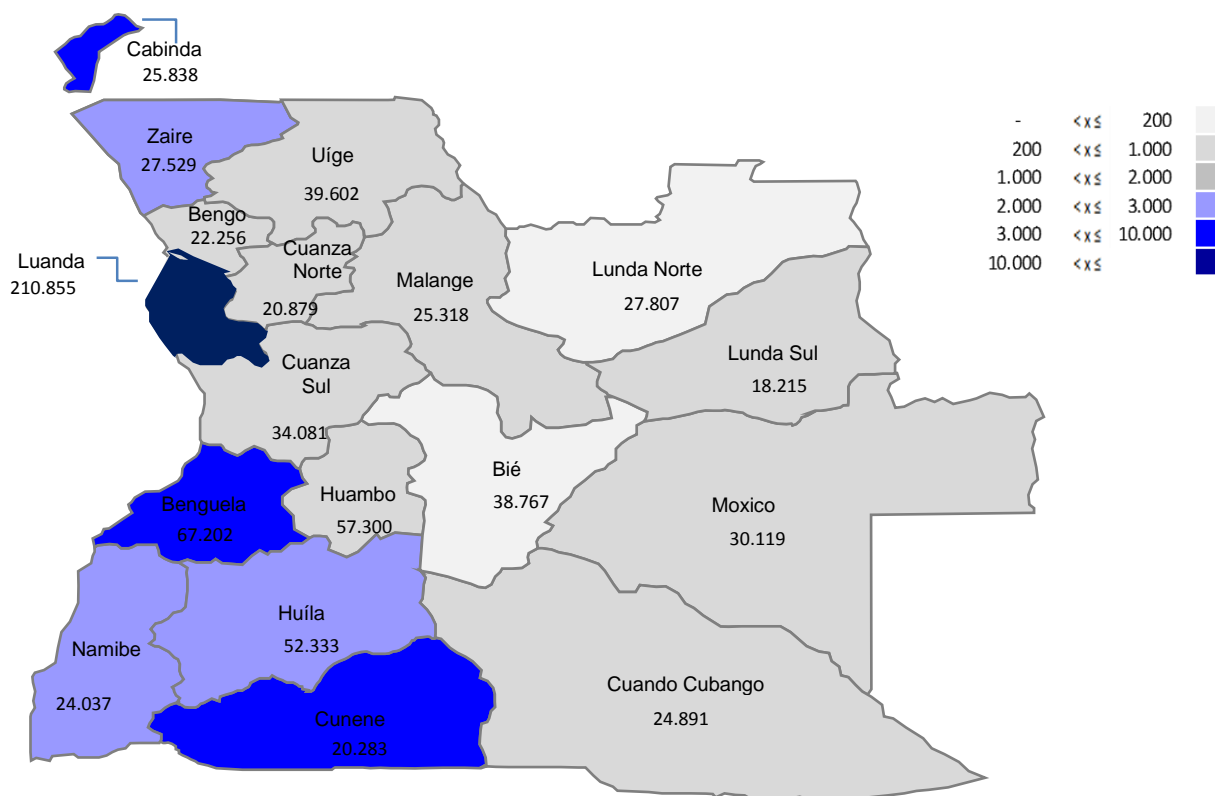


Gráfico 19 – Despesa Realizada por Província em 2017
(Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: MINFIN.

Balanço Financeiro

145. O Balanço Financeiro, Quadro 18, representa os totais do período em análise das Receitas e Despesas Orçamentais, aquelas de natureza extra-orçamentais, conjugando com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e que são transferidos para os períodos futuros, criando assim condições para o apuramento no período em análise do saldo financeiro positivo ou negativo.
146. As Receitas Extra-Orçamentais realizadas no exercício de 2017, foram na ordem dos Kz 13.463.867 milhões.
147. O valor dos passivos a pagar do exercício de 2017, de Kz 2.137.005 milhões, agrega também o valor dos Restos a Pagar de 2013-2017, para efeitos de

regularização dentro da estratégia de pagamento dos atrasados, no exercício de 2018.

148. As Interferências Activas realizaram-se em Kz 8.702.741 milhões, caracterizadas pelas operações em antecipação das Receitas Orçamentais e ainda pela execução da receita deduzida para a escrituração financeira dos fluxos reais.
149. Em síntese, o que o Balanço Financeiro procura demonstrar, é o resultado financeiro do exercício, ou seja, o fluxo líquido da movimentação dos recursos financeiros do exercício anterior para o actual. Demonstra também a dívida flutuante, uma vez que esta afecta os fluxos de tesouraria.
150. Para o exercício de 2017 obteve-se um saldo negativo no valor de Kz 1.185.806 milhões, como apresenta o Quadro 19.



Quadro 18 – Balanço Financeiro

(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Receitas	2017	2016	Var.%	Despesas	2017	2016	Var.%
				Homóloga				Homóloga
1	Orçamentais	6.639.091	5.895.676	13%	Orçamentais	6.804.473	5.379.490	26%
2	Correntes	3.315.031	2.601.719	27%	Correntes	3.367.645	2.887.329	17%
3	Capital	3.324.060	3.293.957	1%	Capital	3.436.828	2.492.161	38%
4	Extra Orçamentais	13.463.867	7.623.542	77%	Extra Orçamentais	14.484.291	7.843.960	85%
5	Passivos a Pagar – Ex. Actual	2.137.005	1.379.837	55%	Passivos a Pagar – Ex. Ant.	1.374.293	1.268.175	8%
6	Activos a Realizar - Ex. Ant	0	0	0%	Activos a Realizar - Ex. Actual	8.007	0	100%
7	Interferências Activas	8.702.741	4.990.699	74%	Interferências Passivas	10.267.392	5.084.669	102%
8	Mutações Activas	2.624.121	1.253.006	109%	Mutações Passivas	2.834.599	1.491.116	90%
9	Disponibilidades – Exercício. Ant.	3.975.769	3.680.001	8%	Disponibilidades – Exercício. Actual	2.789.963	3.975.769	-30%
10	Em Moeda Nacional	1.981.660	2.169.097	-9%	Em Moeda Nacional	1.690.206	1.981.660	-15%
11	Em Moeda Estrangeira	1.994.109	1.510.904	32%	Em Moeda Estrangeira	1.099.757	1.994.109	-45%
	Total Geral	24.078.727	17.199.219	40%	Total Geral	24.078.727	17.199.219	40%

Fonte: MINFIN.

Quadro 19 – Fluxo Financeiro
(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Especificação	2017	2016	Var.% Homóloga
1	Saldo das Disponibilidades do Exercício Anterior	3.975.769	3.680.001	8%
2	(+) Receitas Orçamentais (Corrente e Capital)	6.639.091	5.895.676	13%
3	(-) Despesas Orçamentais (Corrente e Capital)	6.804.473	5.379.490	26%
4	(+) Aumento dos Passivos	762.712	111.662	>500%
5	(-) Redução do Activo	8.007	-	100%
6	(+) Saldo Interferências Activas	8.702.741	4.990.699	74%
7	(-) Saldo das Interferências Passivas	10.267.392	5.084.669	102%
8	(+) Saldo das Mutações Activas	2.624.121	1.253.006	109%
9	(-) Saldo das Mutações Passivas	2.834.599	1.491.116	90%
10	(=) Saldo das Disponibilidades do Exercício Actual	2.789.963	3.975.769	-30%
	Resultado Financeiro do Exercício	- 1.185.806	295.768	-501%

Fonte: MINFIN.

Transacções com a Sonangol, Companhias Petrolíferas e Custos Recuperáveis

151. Como apresentado no Quadro 20, as exportações de petróleo registaram um total de 596,5 Mbbl, e uma produção média diária na ordem dos 1,6 Mbbl.
152. Em relação a variável preço do petróleo, verificou-se um preço médio para o período em análise de US\$ 52/Bbls, correspondendo a uma variação positiva de 24% em relação ao Exercício de 2016, período em que registou um preço médio do petróleo de US\$ 42/Bbls.
153. Entretanto, o valor declarado pela Sonangol Concessionária para o período em análise foi de US\$ 6.887 milhões.
154. O valor declarado é escriturado no SIGFE como uma receita na Óptica do Compromisso, que por sua vez é regularizado à medida que fluírem aos cofres do Estado os recursos financeiros provenientes das receitas fiscais petrolíferas pagas pela Sonangol Concessionária, bem como os carregamentos de petróleo ilícito conducentes ao serviço da dívida externa.

155. Ainda no Quadro 20, é apresentado o comportamento da receita declarada pelas companhias, na função de operadoras. O valor declarado ascendeu a US\$ 3.671 milhões para o período em análise, sendo regularizado na forma de imposto de produção de petróleo e outros encargos similares.

Quadro 20 – Transações na Produção Petrolífera
(US\$)

N.º	Descrição	2017	2016	2015	2014	Var.% Hom. 2017 vs 2016
1	Exportação (Bbls)	596.512.235	632.705.448	643.507.416	599.465.706	-6%
2	Produção diária (Mbbbl)	1.630.876	1.727.780	1.763.708	1.642.527	-6%
3	Preço Médio (US\$/Bbls)	52	42	53	102	24%
4	Receita Declarada – Sonangol					
5	Concessionária Nacional 100%	6.887.657.425	5.664.951.189	8.802.582.346	15.658.299.647	22%
6	<i>Concessionária Nacional (93%)</i>	6.457.263.576	5.235.283.154	8.190.108.998	19.167.223.793	23%
8	Receita Declarada – Companhias					
9	Total Companhias	3.671.496.964	2.825.431.595	4.213.779.455	9.737.401.937	30%
10	<i>Sonangol EP</i>	395.417.590	294.540.624	448.457.777	1.257.677.136	34%
11	<i>Outras</i>	3.270.640.049	2.530.890.971	3.765.321.678	8.479.724.801	29%
12	<i>Sanha Gás</i>	5.439.326	0	0	0	100%

Fonte: MINFIN.

156. Face à complexidade do sector, a indústria é rigorosa na classificação dos custos associados às operações, pelo que, usualmente, categoriza-os em função das fases do projecto de investimento, como espelham os Quadros 21 e 22.
157. A Lei n.º 13/04, de 24 de Dezembro, define o petróleo para recuperação de custo (*Cost Oil*) como sendo "a parte do petróleo produzido e arrecadado das áreas de desenvolvimento necessário para recuperar as despesas de Pesquisa, Desenvolvimento, Produção e Administração e Serviços."

Quadro 21 – Custos Recuperáveis por Companhia/*Cost Oil*
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Companhia	Vendas	Custos Recuperáveis	Petróleo Lucro	Imposto RP
1	Ajoco	6.675	5.065	1.610	805
2	Angola Block 14 B. V.	10.830	9.952	878	439
3	Angolan Consulting Resources	1.813	1.576	236	71
4	BP	181.678	123.623	58.055	29.027
5	BP Angola BV	37.166	26.352	10.814	5.407
6	BP Beta	9.880	7.005	2.875	1.437
7	Cabgoc	133.208	16.107	4.131	11.477
8	ENI	150.816	100.308	25.000	12.520
9	Esso	130.536	83.328	47.208	23.604
10	Force Petroleum	267	232	35	10
11	GALP Energia Overseas Block 14 B.V.	9.970	7.902	2.068	1.034
12	Ina-Naftaplin	1.331	1.007	324	162
13	Naftagas	1.260	970	291	145
14	PlusPetrol	685	596	89	45
15	Prodoil, SA	1.155	1.004	151	45
16	Somol	2.018	1.755	263	79
17	Sonangol EP	118.690	0	0	9.235
18	Sonangol P&P	103.385	69.703	33.682	10.105
19	SSI	76.229	68.333	7.896	3.948
20	Statoil	99.687	84.832	14.855	7.427
21	Statoil Dezassete AS	37.554	33.059	4.495	2.248
22	Total	153.452	96.791	31.185	16.576
23	Total Exploration M'Bridge	21.500	14.408	7.092	3.546
	Total Geral	1.289.785	753.908	253.233	139.392

Fonte: MINFIN.

158. Na prática, o petróleo para recuperação de custos (Cost Oil), caracterizado nos contratos de partilha de produção (CPP), aglutina vários tipos de custos designadamente: (i) custos de pesquisa, (ii) custos de desenvolvimento, (iii) custos de produção e (iv) custos de administração e serviços.
159. Afigura-se necessário realçar que cada tipo de custo obedece a metodologia própria de recuperação, conforme estabelecido nas regras contratuais.

Quadro 22 – Custos Recuperáveis por Bloco Operador/*Cost Oil*
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Bloco	Vendas	Custos Recuperáveis	Petróleo Lucro	Imposto RP
1	0 A Cabinda	200.846	0	0	5.048
2	0 B Nemba	81.798	0	0	14.601
3	03/05	18.264	14.050	4.215	1.671
4	03/05A	583	340	243	112
5	04/05	9.756	8.484	1.273	382
6	14	52.980	43.276	9.704	4.408
7	14 K/A-IMI	8.571	6.963	1.609	682
8	15	198.985	146.692	52.293	26.147
9	15/06	145.369	114.932	30.437	13.559
10	17	370.315	275.783	94.532	47.266
11	18	80.321	64.896	15.424	7.712
12	31	120.740	77.388	43.352	17.742
13	Zona Sul Terrestre Cabinda	1.257	1.105	152	63
Total Geral		1.289.785	753.908	253.233	139.392

Fonte: MINFIN.

Balanço Patrimonial

160. Esta demonstração financeira, Quadro 23, apresenta o Activo e o Passivo Líquido, as contas de Ordem Activa e Passiva.
161. Esta é a única peça contabilística que representa uma posição estática (fotografia) de todo o património, diferente das outras que têm uma característica dinâmica, em função dos fluxos e movimentação financeira do período.
162. Os componentes do património são avaliados em moeda corrente oficial e os expressos em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.
163. As taxas de câmbio utilizadas para apresentar os valores em moeda estrangeira a 31/12/2017, para as contas de activos e passivos, são as taxas de câmbio médias diárias definidas pelo BNA.



Quadro 23 – Balanço Patrimonial
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Activo	2017	2016	Var. %	Passivo	2017	2016	Var. %
				Homóloga				Homóloga
1	Activo Circulante	4.345.358	5.377.765	-19%	Passivo Circulante	2.839.660	2.117.170	34%
2	Disponível	2.789.963	3.975.769	-30%	Depósitos Exigíveis	6.784	4.578	48%
3	Disponível no País	1.690.206	1.981.660	-15%	Obrigações em circulação	2.318.237	1.594.625	45%
4	Moeda Nacional	724.840	459.778	58%	Obrigações a Pagar	1.135.203	517.641	119%
5	Moeda Estrangeira	965.366	1.521.882	-37%	Fornecedores de Bens e Serviços	1.013.156	400.214	153%
6	Disponível no Exterior	1.099.757	1.994.109	-45%	Pessoal e Contrib. Empreg. a Recolher	5.412	8.246	-34%
7	Moeda Estrangeira	1.099.757	1.994.109	-45%	Dívida Públ. em Proc.de Pagamento	116.635	109.181	7%
8	Créditos a Receber	1.555.395	1.401.996	11%	Operações de Crédito	1.183.034	1.076.984	10%
9	Realizável a Longo Prazo	615.103	372.911	65%	Dívida Interna	1.166.040	1.059.991	10%
10	Instituições e Agentes Devedores	328.870	328.871	0%	Dívida Externa	16.994	16.993	0%
11	Investimentos Do PNUH	286.233	440.040	-35%	Subsídios e Transferências a Conceder	94.252	60.617	55%
12	Activo Permanente	8.904.614	8.932.988	0%	Outros Passivos Circulantes	15.733	-	100%
13	Investimento Financeiros	1.261.750	1.237.559	2%	Instituições e Agentes Devedores	122.418	122.418	0%
14	Imobilizado	7.642.864	7.695.429	-1%	Dívidas de Exercício Anteriores	282.236	334.932	-16%
15	Bens Móveis	1.074.569	1.279.674	-16%	Exigível a Longo Prazo	11.048.481	8.579.590	29%
16	Bens Imóveis	6.566.567	6.413.536	2%	Dívida Interna	5.399.473	4.129.180	31%
17	Activos Intangíveis	1.728	2.219	-22%	Dívida Externa	5.649.008	4.450.410	27%
18	Depreciações e Amort.	(3.723.402)	(3.451.620)	8%	Dívida Fundada	171.617	438.739	-61%
19					Obrigações com PNUH	286.232	440.040	0%
20					Património Líquido	-480.915	3.504.124	-114%
21	Total do Activo	13.865.075	15.079.663	-6%	Saldo Patrimonial	-480.915	3.504.124	-114%
22	Outras Contas de Ordem Passiva	178.923	178.923	0%	Total do Passivo	13.865.075	15.079.663	-8%
23					Outras Contas de Ordem Passiva	178.923	178.923	0%
	Total Geral	14.043.998	15.258.586	-8%	Total Geral	14.043.998	15.258.586	-8%

Fonte: MINFIN.

Critério de Valorimetria

164. Os componentes do Activo são avaliados da seguinte forma:

- (i) Disponibilidades. As disponibilidades em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de fecho, e às aplicações financeiras são acrescidos os rendimentos proporcionais auferidos até à data de fecho.
- (ii) Créditos. Os créditos de terceiros, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor actualizado até à data de fecho.
- (iii) Stocks. Os stocks existentes no almoxarifado de material de consumo são valorizados ao custo médio ponderado.
- (iv) Investimentos Permanentes. São valorizados pelo custo de aquisição, ou com base no valor patrimonial líquido da entidade investida.
- (v) Imobilizado. Os componentes do activo imobilizado são valorizados pelo seu custo de aquisição ou construção, reavaliado ou actualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa da sua utilidade económica. Os bens que não estejam valorizados no momento da inserção no património público, são sujeitos a avaliações. Estes bens resultam nomeadamente de doação, herança, legado, reversão, transferência ou permuta.
- (vi) Depreciações e Amortizações. São calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo Método das Quotas Constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil previsto para cada grupo de bens do Classificador Patrimonial, contado a partir do mês de aquisição / utilização. O Classificador Patrimonial aprovado pelo Decreto Presidencial nº177/10, de 13 de Agosto, apresenta códigos, natureza do bem, designação e número de anos de vida útil para bens novos e usados.

165. Os componentes do Passivo são avaliados da seguinte forma:

- (i) As obrigações e os encargos, conhecidos ou calculados, devem ser computados pelo valor actualizado até à data de fecho.
- (ii) Os passivos contingentes, decorrentes de obrigações laborais, de segurança social, contratuais, operacionais, administrativas e judiciais são aprovisionadas pelo seu valor esperado de realização.

- (iii) As obrigações em moeda estrangeira são convertidas na moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de fecho.
- (iv) As obrigações decorrentes de empréstimos, financiamentos, operações de crédito interno, são actualizadas segundo as condições contratadas e a dívida interna, pelo valor fixado no resgate.

Componentes do Activo e Passivo

166. O Disponível de Kz 2.789.963 milhões é formado pelas disponibilidades existentes no País e no exterior, sendo que comparativamente ao período homólogo verificou-se uma diminuição de 30%.
167. Devemos realçar que a mesma natureza incorpora o valor respeitante aos Fundos de Reserva, isto é, a Receita para as Infra-estruturas de Base, bem como os saldos resultantes dos carregamentos de petróleo, a título de receita dedicada ao serviço da dívida externa, como mostram os Quadros 24 e 25.

Quadro 24 – Saldo das Contas Dedicadas ao Serviço da Dívida Externa
(Milhões de US\$)

N.º	Credor	I T 2016	II T2016	III T2016	I T2017	II T2017	III T2017	IV T2017
1	Brasil	637	500	396	51	131	4	10
2	China	496	555	1.662	435	1.960	1.120	1.122
3	LR Finance	4	4	2	-	-	0,3	61

Fonte: MINFIN.

168. O Quadro 24 representa o comportamento do Fundo de Reserva, constituído pelo REPIB – Reserva Estratégica para as Infra-Estruturas de Base, e o movimento da conta Diferencial do Preço do Petróleo em relação ao Preço de referência do OGE.
169. Para o Diferencial do Preço do Petróleo o saldo é zero, uma vez que o valor de US\$ 1.526 milhões foi utilizado durante o Exercício de 2017 para regularização dos atrasados.

Quadro 25 – Evolução do Fundo de Reserva
(Milhões de US\$)

N.º	Descrição	III T2015	IV T2015	I T2016	II T2016	III T2016	IV T2016	I T2017	II T2017	III T2017	IV T2017
1	Fluxos										
2	Fluxos de Caixa	7	-514	-585	-	-809	-809	-1.620	-203	-180	-1.718
3	REPIB	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Entradas	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Utilizações	-	-	-	-	-8	-8	-94	-203	-180	-1.720
6	Diferencial de Preço de Petróleo	-	-514	-585	-	-801	-801	-1.526	-	-	-
7	Saldos										
8	Saldos	14.418	13.904	13.319	13.319	12.519	12.519	10.993	10.993	10.993	10.993
9	REPIB	10.992	10.993	10.993	10.993	10.993	10.993	10.993	10.993	10.993	10.993
10	Saldo	3.174	3.175	3.175	3.175	3.167	3.167	3.073	2.870	2.690	970
11	Utilizações	7.818	7.818	7.818	7.818	7.826	7.826	7.920	8.123	8.303	10.023
12	Diferencial de Preço de Petróleo	3.426	2.911	2.326	2.326	1.526	1.526	-	-	-	-

Fonte: MINFIN.

170. Durante o exercício de 2017, ainda por força da baixa entrada de receitas fiscais petrolíferas, não foi possível aprovisionar as contas do Fundo de Reserva. Ainda assim, recorrendo aos saldos existentes, ocorreram utilizações para aprovisionamento da CUT para reforço de tesouraria, e para financiamento do PIP provincial.
171. No exercício de 2017, o Fundo de Reserva encerrou com um saldo de US\$ 970 milhões, resultado de utilizações para pagamento de salário da função pública, regularizações dos atrasados, bem como o pagamento de projectos de investimentos públicos.
172. É de notar que, a baixa entrada de recursos para o REPIB, bem como para o Diferencial, é resultado da baixa no preço do petróleo nas praças internacionais, já que os mesmos fundos, são alimentados em função do comportamento desta *commodity*.
173. O saldo dos Créditos em Circulação, no valor de Kz 1.555.395 milhões, acomoda a Dívida Fiscal Petrolífera, apurado após deduções dos pagamentos feitos pela

Sonangol Concessionária, bem como a Dívida Fiscal Não Petrolífera, resultado do novo processo de intervenção para a captação da receita não petrolífera.

174. A Dívida Fiscal não Petrolífera irá ser regularizada em exercícios futuros, de acordo com os pagamentos por efectuar pelas empresas devedoras, apurada pela Administração Geral Tributária, a título do imposto industrial e outros tributos.
175. O saldo do Activo Permanente, no valor de Kz 8.904.614 milhões, é composto por Investimento Financeiros e Imobilizado.
176. Os Investimentos de Natureza Financeira são caracterizados pelo aumento de participações do estado nas empresas, bem como Aplicações Financeiras, no valor de Kz 1.261.750 milhões, tendo como exemplos os recursos transferidos para o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), especificamente para alimentar o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), bem como a transferência de recursos para fundos.
177. Os valores totais do imobilizado contemplam contas de Activos Fixos em Curso e contas dos Activos Finais em Inventário.
178. De referir que a rubrica Imobilizado do Balanço Patrimonial não agrega o valor referente ao inventário de bens das empresas do Sector Empresarial Público.

Inventário Geral de Bens Públicos

179. O processo de inventariação de 2017 foi realizado com base nos bens adquiridos no período entre 2004 a 2017 e elaborado no Sistema Integrado de Gestão do Património de Estado (SIGPE) de forma automática.
180. O valor patrimonial líquido de Kz 5.830.553 milhões, referido no Quadro 26, sofreu um decréscimo de 6%, quando comparado com o ano de 2016, resultado da diminuição que ocorreu nas aquisições de bens patrimoniais no exercício, das amortizações ocorridas nos bens, dos abates realizados, bem como das correcções efectuadas em alguns inventários sectoriais.

Quadro 26 – Inventário de Bens Públicos
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Tipo de Administração	Inventário Líquido		Part. %	Var %	Inventário Líquido	
		2017	2016			2015	2014
1	Central	1.034.071	1.042.960	18%	-1%	1.064.495	724.439
2	Local	2.140.257	2.340.256	37%	-9%	3.484.476	3.227.072
3	Sub - Total	3.174.328	3.383.216	54%	-6%	4.548.971	3.951.511
4	Sector Empresarial	2.656.225	2.815.254	46%	-6%	2.916.490	1.644.244
	Total Geral	5.830.553	6.198.470	100%	-6%	7.465.461	5.595.755

Fonte: MINFIN.

181. No exercício em questão, foram distribuídas doações a alguns sectores do governo (MINSA, MINARS, MED e MINEA), no valor de Kz 4.683 milhões, correspondendo a bens alimentares e bens não alimentares, como mostra o Quadro 27.

Quadro 27 – Doações por Órgão
(Em Kwanzas)

N.º	Doações 2017	IT 2017	IIT 2017	III T 2017	IVT 2017	Total
1	Ministério da Saúde	226.811.620	2.479.044.970	1.330.728.630	104.570.928	4.141.156.148
2	Ministério da Assistência e Reinserção Social	152.777.300	100.429.010	86.471.365	162.611.568	502.289.243
3	Ministério da Educação	16.698.590	0	5.670.118	10.511.928	32.880.636
4	Ministério da Energia e Águas	0	0	0	6.730.752	6.730.752
	Total Geral	396.287.510	2.579.473.980	1.422.870.113	284.425.176	4.683.056.779

Fonte: IPROCAC.

Restos a Pagar e Dívida Flutuante

182. É considerado Restos a Pagar, toda a execução orçamental que ocorreu no processo convencional da despesa, pela emissão da Nota de Cabimentação e Liquidação da Despesa, em função da entrega do bem ou pela prestação do serviço, e que não tenha sido efectuado o seu pagamento no ano de competência.
183. Para o exercício de 2017 os Restos a Pagar totalizaram Kz 738.206 milhões, dos quais Kz 203.525 milhões tiveram impacto de tesouraria, e o remanescente sido suportado por financiamento interno e externo, como mostram o Quadro 28.

Quadro 28 – Restos a Pagar/Dívida Flutuante
(Mil Milhões Kwanzas)

N.º	Categoria Económica da Despesa	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
1	Bens E Serviços	34.363	36.404	30.599	16.422	134.114	251.902
2	Outras Despesas De Capital	64.249	237.579	59.922	84.224	564.490	1.010.465
3	Outras Transferências	-	5.958	1.341	299	6.675	14.273
4	<i>Pessoal</i>	-	<i>1.321</i>	<i>6.487</i>	<i>112</i>	766	8.685
5	Transferência Subsídio A Preço	87	2.844	31.662	23.000	32.127	89.720
6	Transferência Subsídios Operacionais	-	-	-	-	34	34
7	Total Geral	98.699	284.106	130.010	124.057	738.206	1.375.079
8	Restos a Pagar Regularizados por Obrigações do Tesouro						45.117
	Saldo de Restos a Pagar por Regularizar						1.329.962

Fonte: MINFIN.

Resultado Patrimonial

184. O Resultado Patrimonial no exercício de 2017, apresenta-se negativo em Kz 4.010.422 milhões, conforme mostra o Quadro 29, que reflecte o saldo orçamental e o resultado do desempenho das interferências e mutações patrimoniais.
185. Frisamos que parte do impacto negativo do resultado deve-se essencialmente ao registo das amortizações, bem como a emissão de obrigações do tesouro.
186. É pertinente mencionar que o apuramento do Resultado do Período, via execução Orçamental e Extra-Orçamental, é caracterizado pela diferença entre execução Orçamental, por se tratar de fluxos de carácter financeiro, e a execução Extra-Orçamental, por se tratar de fluxos de carácter económico / sustentabilidade.

Quadro 29 – Demonstração das Variações Patrimoniais
(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	Var.% Homóloga
1	(+) Receitas Orçamentais (Correntes e Capital)	6.639.091	5.895.676	13%
2	(-) Despesas Orçamentais (Correntes e Capital)	6.804.473	5.379.490	26%
3	Resultado Orçamental	-165.382	516.186	-132%
4	(+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais	3.125.597	2.187.201	43%
5	(-) Mutações Patrimoniais Passivas Orçamentais	5.035.731	4.915.974	2%
6	(+) Interferências Activas Orçamentais	3.518.312	2.718.246	29%
7	(-) Interferências Passivas Orçamentais	3.921.507	2.970.619	32%
8	(+) Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais	1.812.264	2.771.099	-35%
9	(-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais	2.182.844	2.663.898	-18%
10	(+) Interferências Activas Extra Orçamentais	13.823.992	2.272.453	508%
11	(-) Interferências Passivas Extra Orçamentais	14.985.123	2.114.049	609%
	(=) Resultado Patrimonial do Exercício	-4.010.422	-2.199.355	82%

Fonte: MINFIN.

187. No Quadro 30 apresentamos o valor do Património Líquido do exercício de 2017, comparativamente ao valor apurado no período homólogo.

Quadro 30 – Património Líquido em 2017
(Mil Milhões de Kwanzas)

N.º	Descrição	Valor
1	Património Líquido a 31/12/2016	3.504.124
2	Resultado Patrimonial do Exercício	-4.010.421
3	Impacto Inventário dos Bens Públicos	25.382
	Saldo a 31/12/2017	-480.915

Fonte: MINFIN.

VII. FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO

188. Durante ao exercício de 2017 foram transferidos recursos ordinários do tesouro aos diversos fundos e entidades autónomas, como capitalizações e investimentos, de acordo a finalidade e objecto social que os caracteriza, como ilustra o Quadro 31.

Quadro 31 – Fluxo Financeiro das Entidades Autónomas
(Milhões de Kwanzas)

N.º	DESIGNAÇÃO	Saldo Inicial 2017	Var Aumentativas	Var Diminutivas	Saldo Final 2017
1	Caixa de Protecção Social do MININT	160.631	45.070	20.330	185.371
2	Fundo Soberano de Angola	932.898	29.009	82.762	879.145
3	Fundo de Garantia de Crédito	20.439	1.776	1.425	20.790
4	Caixa Social das Forças Armadas Angolanas	5.393	147.160	139.550	13.003
6	Fundo Nacional de Desenvolvimento	263.881	43.409	23.267	284.023
7	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano	3.989	311	1.561	2.739
8	Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário	124	313	425	12
	Total Geral	1.387.355	267.047	269.319	1.385.084

Fonte: MINFIN.

189. A *Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior* foi criada para captar e gerir recursos, de forma a garantir o pagamento das prestações da protecção social obrigatória dos funcionários do regime especial de carreiras do Ministério do Interior. Tais como Polícia Nacional, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Serviços Penitenciários e Serviço de Migração e Estrangeiros.
190. No exercício de 2017, a Caixa Social do MININT obteve receitas no valor de Kz 45.070 milhões, com a origem nas diferentes fontes como Contribuições dos Trabalhadores e Entidade Empregadora, Juros em Depósitos Bancários e de Financiamentos, e Outros Proveitos.
191. As receitas disponibilizadas permitiram o pagamento de Kz 20.330 milhões em despesas administrativas, despesas com benefícios da protecção social, despesas de investimento, para melhoramento da situação social dos trabalhadores.

192. O *Fundo Soberano de Angola* continua a desenvolver a estratégia de investimento decretada pelo Executivo para a rentabilização do capital atribuído pelo Estado no longo prazo.
193. A posição da carteira de investimento líquido em 31 de Dezembro de 2017 era o equivalente em Kz 262.094 mil milhões, enquanto a carteira dos investimentos alternativos de Kz 544.706 mil milhões.
194. Os veículos de investimento estão integralmente capitalizados pelo montante de US\$ 3 mil milhões, equivalentes em Kz 497.770 mil milhões.
195. O FSDEA participou em diversos eventos internacionais relacionados com os fundos soberanos, fórum sobre investimentos em África e outros temas relacionados com as actividades da instituição. A presença nestes eventos é importante principalmente para a divulgação da actuação do Fundo, bem como para prospecção de oportunidades de negócio.
196. O Quadro 32 detalha os investimentos que o FSDEA tem na carteira em *Private Equity*, a gestão de risco no mercado, que podem causar perdas nas carteiras de investimento; risco de crédito, devidos os investimentos em títulos de renda fixa.

Quadro 32 – Investimentos em *Private Equity* FSDEA

N.º	Investimento	Valor Mil US\$	Valor Mil Kz
1	Fundo de Infra-Estruturas	1.100.000	182.515.850
2	Fundo Imobiliário	500.000	82.961.750
3	Fundo Agrícola	250.000	41.480.875
4	Fundo de Silvicultura	250.000	41.480.875
5	Fundo para o Ramo da Saúde	400.000	66.369.400
6	Fundo Mineiro	250.000	41.480.875
7	Fundo de Capital Estruturado	250.000	41.480.875
Total Investido		3.000.000	497.770.500

Fonte: FSDEA.

197. Para melhor compreender a posição patrimonial do FSDEA, o Quadro 33 apresenta o respectivo Balanço Patrimonial.

Quadro 33 – Balanço Patrimonial do FSDEA a 31/12/2017
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Activo	Valor	Passivo	Valor
1	Disponibilidades e Caixa	33.728	Operações Pendentes de Liquidação	1.234
2	Activos Financeiros	262.094	Fornecedores	14.550
3	Investimentos em Subsidiarias	544.706	Pessoal - Remunerações	4
4	Activos Fixos	3.332	Outros Valores a Pagar	3.473
5	Activos Intangíveis	1.861	Passivos por Impostos Correntes	243
6	Outros Activos	2.528	Passivos por Acréscimos e Diferimentos	0
7			Provisões	22
8			Resultado Líquido do Exercício	11.821
9			<i>Total de Capital Próprio</i>	<i>816.902</i>
	Total do Activo	848.249	Total do Passivo e Capital Próprio	848.249

Fonte: FSDEA.

198. O fluxo de entradas do FSDEA totalizou Kz 29.009 milhões. Serviu para realizar despesas no valor de Kz 87.762 milhões, com pessoal, rendas, auditorias e outros serviços técnicos especializados, e parte para amortizar dívidas maioritariamente no exterior do País.
199. O *Fundo de Garantia de Crédito* (FGC) continua a prosseguir com os seus objectivos e finalidade, referidos no Decreto Presidencial n.º197/15, de 16 de Outubro. Obteve pedidos de emissão de garantias em diferentes sectores de actividade, nomeadamente agricultura, indústria transformadora, serviços de apoio produtivo e materiais de construção.
200. Sendo constituído com um capital inicial de Kz 20 mil milhões, de forma parcelado, para o ano de 2017 o FGC viu reforçado o seu capital inicial no valor de Kz 5 mil milhões, sob forma de Obrigações do Tesouro, estando avaliado em Kz 24,5 mil milhões.
201. Até final de 2017, o FGC teve um acumulado de 426 garantias emitidas, sendo que 51 garantias foram emitidas para empresas (micro, pequenas e médias empresas) sedeadas nas 18 províncias do território nacional.
202. Em termos de receitas, o FGC obteve um fluxo de entradas no valor de Kz 1.776 milhões, proveniente dos rendimentos com património próprio nomeadamente,

Juros sobre Bilhetes do Tesouro e de Depósitos Bancários, Comissões de Garantias e Rendas de Imóveis.

203. Este fluxo de entradas permitiu honrar compromissos na ordem dos Kz 1.425 milhões, em despesas com pessoal, despesas diversas para o bom funcionamento da instituição, bem como a valorização do capital humano.
204. A *Caixa de Segurança Social das FAA*, centra as suas actividades na modernização do sistema de Segurança Social das Forças Armadas.
205. A CSS – FAA obteve uma dotação que inclui as receitas com rendimentos próprios, resultado de algumas aplicações, bem como das Contribuições dos Militares, totalizando um fluxo de entradas no valor de Kz 147.160 milhões.
206. A CSS – FAA honrou compromissos na ordem dos Kz 139.500 milhões, distribuídos em salários, pensões de reforma, despesas básicas de funcionamento e despesas de investimentos com o intuito de melhorar a vida dos militares.
207. O *Fundo Nacional de Desenvolvimento* (FND) é uma conta registada no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), com depósitos de fundos provenientes do Tesouro Nacional.
208. O BDA apresenta as estatísticas e demonstrações financeiras das operações realizadas, permitindo apurar recursos para o FND no valor de Kz 43.409 milhões, que inclui transferências do Tesouro Nacional e remunerações Líquidas de Comissões, tendo despesas no valor de Kz 23.267 milhões e finalizando o exercício com um saldo de Kz 284.023 milhões.
209. As utilizações tiveram como objectivo o incremento das despesas com desenvolvimento, ligadas às actividades em sede do Fundo, bem como desembolsos em créditos para o Programa ProJovem, para o fomento da economia real.

210. No exercício de 2017 foram aprovados 248 projectos, com um montante financiado de Kz 4 mil milhões, com um impacto directo na geração de emprego de 1.899.
211. O *Fundo Activo de Capital de Risco Angolano* (FACRA), foi criado para financiar as MPME nacionais com elevado potencial e garantir o retorno rentável dos capitais investidos, tendo em consideração os critérios de gestão na aplicação dos investimentos.
212. No exercício de 2017 foram aprovados dois (2) projectos de investimento, no valor global de Kz 186 milhões, um para o sector agrícola e outro para o sector da indústria. Concomitantemente procedeu-se também a recusa de 65 propostas de investimento, por não apresentarem um binómio rentabilidade / risco propício para o investimento.
213. Os sectores prioritários na carteira de investimento do FACRA são a indústria (7 projectos aprovados) e agricultura (1 projecto aprovado).
214. Durante o ano de 2017 o FACRA gerou fluxos em entradas de recursos no valor de Kz 311 milhões, tendo como origem reembolsos em investimentos aplicados.
215. O FACRA realizou pagamentos em remunerações dos órgãos sociais, despesas em publicidade e propaganda, consultoria e auditorias no valor de Kz 1.561 milhões, resultando no saldo de Kz 2.739 milhões, acumulado ao saldo do período anterior.
216. O *Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário* (FADA) é um veículo público de financiamento do sector agrário, parte do Sistema Financeiro Nacional.
217. A missão exclusiva do FADA é fazer as finanças agrícolas funcionar para os agricultores, estimulando os investimentos agrários, fortalecendo o sector agro-pecuário e contribuindo para a aceleração do desenvolvimento equilibrado e sustentável.
218. Para o ano de 2017, o FADA obteve entradas no montante de Kz 313 milhões, com origem em juros das OT's e das aplicações em moeda externa, que serviu para

honrar compromissos com fornecedores e salários, impostos e serviços bancários, no valor de Kz 425 milhões, resultando num saldo de Kz 12 milhões.

VIII. A POSIÇÃO PATRIMONIAL DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA

219. Em 31 de Dezembro de 2017, o Activo do Banco apresentava um saldo de KZ 4.975.350 milhões, traduzindo um decréscimo de KZ 1.064.212 milhões comparativamente a 31 de Dezembro de 2016. Esta variação líquida de 18%, deve-se essencialmente à diminuição dos Activos sobre o Exterior sendo explicado pelos seguintes factores:

- a) Aumento de Kz 15.292 milhões do Ouro, justificado pela valorização em cerca de 14% da valorização do mercado do ouro de US\$ 1.147,5 em 31 de Dezembro de 2016 para US\$ 1302,8 em 31 de Dezembro de 2017;
- b) Diminuição de Kz 982.910 milhões (23%) dos Activos sobre o Exterior, justificado pela diminuição das aplicações em instituições de crédito e pela diminuição dos Activos financeiros disponíveis para venda, variações parcialmente compensadas com as variações positivas em outros Activos sobre o Exterior; e
- c) Diminuição de Kz 118.984 milhões (7%) dos Activos Internos associado essencialmente ao desreconhecimento de Títulos em moedas nacionais e contratos de financiamento, todos estes afectos ao cumprimento de Reservas Obrigatórias em moeda nacional, nos montantes de Kz 394.258 milhões e de Kz 15.378 milhões respectivamente, em linha com a decisão da política monetária. Existe igualmente o efeito do aumento em Kz 294.444 milhões dos Activos financeiros concedidos ao Estado.

220. Por outro lado, o Passivo do BNA totalizava o valor de Kz 4.350.916 milhões, que se traduz num decréscimo de Kz 832.175 milhões (16%) face a 31 de Dezembro de 2016. As principais variações são explicadas pelos seguintes factos:

- a) Aumento de Kz 21.711 milhões das notas e moedas em circulação;
- b) Diminuição de Kz 330.231 milhões das Reservas Bancárias em moeda nacional, principalmente pelo efeito contraccionista das operações de vendas de divisas;

- c) Diminuição de Kz 647.784 milhões do saldo da CUT, explicada substancialmente pelos pagamentos efectuados em nome do Estado;
- d) Aumento de Kz 147.105 milhões das Responsabilidades Externas para Outras Entidades explicado maioritariamente pelo aumento de Kz 169.502 milhões decorrente de financiamentos obtidos junto de entidades externas em operações de venda com acordo de recompra, colateralizados por títulos de dívida soberana estrangeira da carteira própria; e
- e) Diminuição de Kz 42.730 milhões dos Outros Valores Passivos explicado pela amortização da dívida do Banco da Namíbia no montante total de Kz 33.878 milhões e pela transferência para " Reservas Bancárias" do adiamento referente à constituição do Banco da China no montante de Kz 8.606 milhões.
221. Relativamente aos Capitais Próprios, verifica-se uma redução no montante de Kz 232.036 milhões (27%) justificada pela:
- a) Diminuição das Diferenças de Reavaliação Cambial" em Kz 163.994 milhões em face a venda e outras variações de justo valor dos Activos Financeiros detidos para venda, bem como das diferenças de justo valor do Ouro e dos Títulos da Dívida Soberana Estrangeira em Kz 5.420 milhões; e
- b) Resultado negativo do exercício de 2017 no valor de Kz 70.749 milhões.
222. No Quadro 34, apresenta-se o Balanço Patrimonial do Banco Nacional de Angola.

Quadro 34 – Balanço Patrimonial do BNA a 31/12/2017
(Milhões de Kwanzas)

N/O	Activos	2017	2016	Var.% Homologa	Passivos	2017	2016	Var.% Homologa
1	Ouro	128.165	112.873	33%	Notas e Moedas em Circulação	527.717	506.005	-3%
2	Activos sobre o Exterior	3.266.842	4.249.752	24%	Reservas Bancárias	1.332.969	1.663.200	49%
3	Activos Internos	1.484.020	1.603.004	245%	Mercado Monet. Interbancário	66.297	69.092	57%
4	Activos Tangíveis e Intang	51.067	37.175	17%	Conta Única do Tesouro	1.026.409	1.674.193	21%
5	Outros Activos	45.256	36.758	-49%	Outras Responsab. Internas	313.334	317.785	43%
6					Outras Responsab. Externas	1.000.885	826.780	702%
7					Outros Passivos	83.306	126.037	77%
8					Total do Passivo	4.350.917	5.183.092	50%

9					<i>Capitais Próprios</i>	624.433	856.470	38%
	Total Geral	4.975.350	6.039.562	48%	Total Geral	4.975.350	6.039.562	48%

Fonte: BNA

IX. SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO

223. No presente capítulo se aborda de forma agregada a posição patrimonial, demonstração de resultados e os principais indicadores e rácios financeiros do Sector Empresarial Público, apresentado pelo extinto ISEP, actual IGAPE.
224. As empresas que integram este sector desempenham um papel importante na estratégia económica e social do Executivo, na medida em que são detentoras de capacidade administrativa, financeira e patrimonial e estão inseridas nos mais diversos sectores de actividade, destacando-se os sectores em que o Estado detém reserva absoluta e relativa.

Quadro 35 – Posição Patrimonial das Empresas do SEP
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Sector	Activo		Passivo		Capital Próprio	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
1	Finanças	3.097.653	2.847.627	2.784.688	2.526.406	312.966	321.025
1.1	<i>Banca</i>	<i>2.400.665</i>	<i>2.198.608</i>	<i>2.131.211</i>	<i>1.953.744</i>	<i>269.454</i>	<i>244.674</i>
1.2	<i>Seguros</i>	<i>94 412</i>	<i>648.444</i>	<i>68 392</i>	<i>572.421</i>	<i>26 021</i>	<i>76.023</i>
1.3	<i>Finanças (Outros)</i>	<i>602 576</i>	<i>575</i>	<i>585 085</i>	<i>241</i>	<i>17 491</i>	<i>328</i>
2	Petróleos	7.977.631	7.508.680	4.702.773	4.372.575	3.274.855	3.136.105
3	Economia	1.287.504	1.286.138	17.596	16.122	1.269.908	1.270.016
4	Agricultura	8.636	8.085	5.432	4.632	3.204	3.453
5	Pescas	5.803	4.222	3.646	1.625	2.158	2.597
6	Comércio	37.875	15.030	44.768	13.254	6.893	1.776
7	Administração Pública	995	725	234	433	761	292
8	Energia e Águas	1.674.188	1.543.333	957.467	824.180	716.721	719.153
9	Transportes	450.072	397.230	360.802	355.353	89.270	41.876
10	Defesa Nacional	3.714	14.031	2.828	5.520	886	8.511
11	Telecomunicações TI	7.082	6.699	3.766	3.444	3.316	3.255
12	Comunicação Social	76.884	77.089	37.821	32.923	39.063	44.166
13	Conselho de Ministros	9.600	10.591	8.000	9.081	1.599	1.708
14	Presidência da República	11.379	1.881	2.063	1.863	9.316	19
	Total Geral	13.952.028	13.721.361	8.278.407	8.167.411	5.687.404	5.553.952

Fonte: ISEP/IGAPE.

225. Entretanto, foi possível apurar e avaliar a capacidade em termos de desempenho em todos os campos das respectivas empresas, permitindo apurar a posição patrimonial nos sectores de actuação, como mostra o Quadro 34, bem como o fluxo resumido da Demonstração dos Resultados, ilustrado no Quadro 36.

Quadro 36 – Demonstração dos Resultados das Empresas do SEP
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Sector	Proveitos		Resultados Operacionais		Resultado Antes dos Impostos		Resultados Líquidos	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1	Finanças	31.666	203.678	-73.507	-48.541	-74.847	-41.740	-81.305	-40.717
1.1	Banca	17.294	188.142	-76.115	-49.519	-76.115	-41.596	-82.120	-41.596
1.2	Seguros	14.372	15.373	2.845	1.275	538	157	85	1.170
1.3	Finanças (Outros)		163	-237	-297	730	-301	730	-291
2	Petróleos	3.125.661	2.451.894	198.613	155.677	118.468	97.272	25.423	13.282
3	Economia	627	645	-117	-156	-108	-199	-108	-199
4	Agricultura	7.315	6.572	537	1.164	-245	590	-313	473
5	Pescas	5.100	7.923	-83	210	-18	141	-18	141
6	Comércio	25.703	7.348	-1.280	409	-8.187	-161	-8.187	-161
7	Energia e Águas	413.958	466.211	37.874	24.507	-10.615	-5.471	-18.909	-14.637
8	Transportes	176.378	152.896	-1.287	-1.724	-5.400	-20.361	-10.133	-22.997
9	Defesa Nacional	868	1.372	-13	-326	94	-25	53	-53
10	Telecomunicações TI	2.012	1.747	150	-78	76	56	76	56
11	Comunicação Social	21.255	2.780	-3.904	-326	-5.682	-357	-5.703	-357
12	Conselho de Ministros	2.637	3.026	197	157	128	0	90	82
13	MAPTESS	170	705	-467	149	332	149	232	149
14	Pres. da República	566	0	89	-117	205	-110	200	-110
	Total Geral	3.813.916	3.306.797	156.802	131.005	14.201	29.784	-98.602	-65.048

Fonte: ISEP/IGAPE.

226. Ainda assim, abaixo apresentamos os indicadores económicos das empresas públicas com maior volume de negócio, o que permite avaliar o desempenho financeiro, bem como a robustez económica dessas empresas.

Quadro 37 – Indicadores Económicos/Rácios Financeiros das Principais Empresas do SEP
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Indicadores Financeiros	PRODEL	ZEE	TAAG	PORTO LDA	ENDIAMA	TPA	SONANGOL	ENCTA
1	Activo	615.210	1.287.504	228.105	37.112	66.695	22.224	7.843.340	7.082
2	Passivo	326.066	17.596	245.247	13.809	28.127	17.936	4.617.325	3.766
3	Capital Próprio	289.143	1.269.908	17.142	23.304	38.568	4.287	3.226.015	3.316
4	Resultados Líquidos	6.116	108	7.654	3.243	-592	-3.357	27.365	76
5	Autonomia Financeira	47,0%	98,6%	-7,5%	62,8%	57,8%	19,3%	41,1%	46,8%
6	Solvabilidade	88,7%	7217,0%	-7,0%	168,8%	137,1%	23,9%	69,9%	88,0%
7	Liquidez Geral	71,3%	26,9%	31,1%	184,8%	55,3%	117,1%	129,9%	148,0%
8	Rotação Activo	6,6%	0,0%	44,0%	45,7%	0,0%	5,5%	36,9%	9,3%
9	ROE (<i>Return On Equity</i>)	2,1%	0,0%	47,1%	13,9%	-16,1%	-78,3%	0,9%	2,3%
10	ROA (<i>Return On Assets</i>)	2,9%	0,0%	-5,9%	22,5%	1,5%	-8,8%	3,1%	22,2%

Fonte: ISEP/IGAPE.

Participações Directas do Estado em Empresas Públicas no País e no Estrangeiro

227. O Estado participa nas empresas do sector empresarial público de forma directa, nos diversos sectores de actividade das respectivas empresas, dentro do território angolano, bem como no estrangeiro, sendo essas participações de forma maioritária ou mesmo de forma minoritária.
228. No Anexo 21 encontramos de forma detalhada a informação sobre as participações do Estado em empresas públicas. No Quadro 38 apresentamos um resumo das participações em empresas sedeadas no País, e no Quadro 39 as participações em empresas no estrangeiro.

Quadro 38 – Participações Directas do Estado em Empresas Sedeadas no País

N.º	Sector do Estado	Empresa de Participação
1	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	SOPIR
2	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Gesterra
3	Ministério da Economia e Planeamento Territorial	SDZEE - LB
4	Ministério da Energia e Águas	PRODEL
5	Ministério da Energia e Águas	EPAL
6	Ministério da Energia e Águas	ENDE
7	Ministério das Finanças	Grupo ENSA
8	Ministério das Finanças	BPC
9	Ministério das Finanças	BCI
10	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	ENDIAMA
11	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Ferrangol
12	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Holdings
13	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Mercury Serviço de Telecomunicação (MSTelecom.)
14	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Logística
15	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	SONIP - Sonangol Imobiliária e Propriedades
16	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Gás Natural
17	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Hidrocarbonetos Internacional
18	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Investimentos Industriais
19	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonair
20	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Pesquisa e Produção
21	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	Sonangol Shipping Holdings
22	Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação	Angola Telecom
23	Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação	ENCTA
24	Ministério dos Transportes	CFL
25	Ministério dos Transportes	CFB
26	Ministério dos Transportes	UNICARGAS
27	Ministério dos Transportes	PORTO DE LUANDA
28	Ministério dos Transportes	TAAG
29	Ministério dos Transportes	TCUL
30	Ministério dos Transportes	ABAMAT
31	Ministério dos Transportes	ENANA

Fonte: ISEP/IGAPE.

Quadro 39 – Participações Directas do Estado em Empresas Sedeadas no Estrangeiro

N.º	Designação da Sociedade	Sector de Actividade	Nº de Acções Detidas	Valor Actual de Mercado
1	Abbot Laboratorios	Prod. Farmacêutico, Cosméticos e Med	51.200	US\$ 2.921.984
2	Anadarko Petroleum Corp.	Petróleo	2.466	US\$ 132.276
3	BP, PLC	Petróleo	5.606	US\$ 235.620
4	Chevron Texaco Corp.	Petróleo	1.720	US\$ 331.503
5	CSX Corporation	Circulação e Transporte	3.600	US\$ 198.036
6	Dow Chemical	Agricultura e Pescas	2.416	US\$ 172.068
7	Exxon Mobil Corp.	Petróleo	8.643	US\$ 1.445.801
8	International Paper Company	Papel, Madeira, Expl. Florestal	2.000	US\$ 115.880
9	Praxair Inc.	Químicos	1.500	US\$ 464.040
10	Royal Dutch Shell Petroleum	Petróleo	10.080	EUR 676.427
11	Veritiv	Soc. Finanças, Part. E Outras	38	US\$ 1.100

Fonte: ISEP/IGAPE.

229. As acções destas empresas estão cotadas nas bolsas de Nova Iorque, Londres e Amsterdão. A composição sectorial destas empresas varia entre os diversos sectores, desde os cuidados de saúde até ao sector de exploração petrolífera. É no sector de exploração petrolífera que se pode observar o maior número de acções. Este sector nos últimos anos tem atravessado momentos de baixa acentuada nos seus preços de referência no mercado internacional.

Dividendos no País e no Estrangeiro

230. O Quadro 40 lista os dividendos recebidos pelo Estado, referentes ao exercício de 2017, em sede da participação em empresas do sector empresarial público sediadas no País.

Quadro 40 – Dividendos Recebidos no País
(Kwanzas)

N.º	Designação da Sociedade	Valor
1	Sodiam, EP	27.320.480
2	Elisal, EP	3.424.471
3	Eka, S.A.R.L	80.000.000
4	Cuca, S.A.R.L	137.000.000
5	Ngola, S.A.R.L	5.000.000
Total Geral		252.744.951

Fonte: ISEP/IGAPE.

231. Por outro lado, o Quadro 41 apresenta os dividendos recebidos no Estrangeiro pelo Estado Angolano. Frisamos que a maior parte das empresas aumentaram os pagamentos dos dividendos relativamente ao Exercício de 2016.

Quadro 41 – Dividendos Recebidos no Estrangeiro

N.º	Designação da Sociedade	Valor 2017	Valor 2016	Var. % Homóloga	Moeda
1	Abbott Laboratories	37.990	37.274	2%	US\$
2	Anadarko Petroleum Corp.	345	345	0%	US\$
3	B.P. PLC	13.342	13.342	0%	US\$
4	Chevron Texaco	8.007	7.952	1%	US\$
5	CSX Corporation	1.965	1.814	8%	US\$
6	Dow Chemical Co.	3.754	3.112	21%	US\$
7	Exxon Mobil	37.026	36.059	3%	US\$
8	International Paper Company	2.608	2.496	4%	US\$
9	Praxair, INC	6.615	6.300	5%	US\$
10	Royal Dutch Shell	28.540	29.362	-3%	EUR
Total de Dividendos recebidos em US\$		111.652	108.693	3%	US\$
Total de Dividendos recebidos em EUR		28.540	29.362	-3%	EUR

Fonte: ISEP/IGAPE.

232. Durante o exercício económico de 2017 arrecadaram-se fluxos financeiros decorrentes da alienação patrimonial de 4 empresas, tendo o Estado arrecadado o valor de Kz 173.097.355 e o ISEP Kz 16.374.429 relativos a emolumentos.

Quadro 42 – Privatizações de Empresas do Sector Público

N.º	Empresa/Unidade de Produção	Alienação USD	Alienação Kz	Emolumentos US\$	Valor Pago Kz
1	Cometa II/Cometa, UEE	500.000	85.870.000	50.000	8.587.000
2	Kunene/Enacma, UEE	470.750	76.143.812	47.075	7.787.429
3	Poliang/Enepa, UEE (Remanescente)	4.200	420.000	-	-
4	Rofil (18%)	62.093	10.663.543	-	-
Total Geral		1.037.043	173.097.355	97.075	16.374.429

Fonte: ISEP/IGAPE.

X. SUBSÍDIOS A PREÇOS TRANSFERIDOS PARA EMPRESAS

233. No presente capítulo são apresentadas as informações relativas a execução dos Subsídios a Preços durante o Exercício de 2017.
234. Actualmente, a subsidiação ao preço abrange os sectores de Energia e Águas, Transporte Colectivos Urbanos de Passageiros e Produtos Derivados de Petróleo (Gás Butano e Petróleo Iluminante), conforme mostra o Quadro 43.

Quadro 43 – Subsídios a Preços Efectivamente Pagos para as Empresas
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Sectores	Aprovado	Aprovado Part.º	Pagamentos Efectivos	Pagamentos Part.º	Por Regularizar
1	Derivados do Petróleo	82.860	34%	-	0%	-
2	Energia Eléctrica	101.010	41%	26.770	77%	5.469
3	Águas	50.174	20%	2.303	7%	724
4	Transportes Rodoviários Urbanos	11.244	5%	5.796	17%	-
5	Transportes Marítimos	180	0%	37	0%	-
	Total Geral	245.468	100%	34.906	100%	6.193

Fonte: MINFIN.

235. No Quadro 44 apresentamos os subsídios a preços por empresa na óptica do compromisso, ou seja, os pagamentos efectivos e os pagamentos em trânsito em posse do banco operador.

Quadro 44 – Subsídios a Preços na Óptica do Compromisso
(Milhões de Kwanzas)

N.º	Empresas	Valor	Part.º
1	TURA	777	2%
2	TCUL	1.386	3%
3	Angoastral-T4	1.077	3%
4	SGO	579	1%
5	Macon	1.971	5%
6	TMA-Express	37	0%
7	EASL	962	2%
8	EASB	952	2%
9	EPAL	1.081	3%
10	ENDE	31.727	78%
	Total Geral	40.550	100%

Fonte: MINFIN.

236. O processo de atribuição de subsídios teve em atenção a observância dos princípios da eficiência na execução da política social do Executivo, respeitando os procedimentos técnicos e legais estabelecidos nos diplomas subjacentes a atribuição dos subsídios e a execução da despesa pública em geral.

XI. CONCLUSÕES

237. A Conta Geral do Estado é um instrumento relevante para mostrar de forma transparente os fluxos orçamentais e financeiros e as variações patrimoniais ocorridas durante um exercício económico, bem como a situação financeira e patrimonial do Estado no final de cada ano.

238. Para o Exercício de 2017, a Conta Geral do Estado foi marcada pelo seguinte:

- (i) Aumento da transparência, reflectindo o número de registos no SIGFE, a plataforma da execução do OGE.
- (ii) Melhoria da qualidade da informação contida na CGE, tendo em conta as melhores práticas de reporte financeiro na Contabilidade para o Sector Público.
- (iii) Recuperação do preço do petróleo a partir do segundo trimestre, uma média de US\$ 52/Bbls, 24% acima quando comparado com o exercício de 2016, que foi US\$ 42/Bbls.
- (iv) stock da dívida governamental em Dezembro de 2017 estava composto por 52% de dívida externa, Kz 6.394,15 mil milhões, equivalente a USD 38,73 mil milhões, e 48% por dívida interna, Kz 5.958,64 mil milhões, equivalente a USD 36,09 mil milhões.
- (v) O stock da Dívida Governamental em 31/12/2017 corresponde a 59% do PIB, que foi de Kz 20.815 mil milhões.
- (vi) Já o stock da Dívida Pública em 31/12/2017 corresponde a 63% do PIB.
- (vii) Défice fiscal na ordem dos Kz 1.277 mil milhões, apurado excluindo as Receitas de Financiamento e Despesas com a Amortização de Passivos Financeiros, equivalente a 6,1% do Produto Interno Bruto, contra os 5,8% estimado para o OGE.

- (viii) Saldo Orçamental Global negativo, no valor Kz 165.382 milhões.
- (ix) Saldo Financeiro negativo, no valor de Kz 1.185.806 milhões, pelos fluxos financeiros.
- (x) Redução dos Restos a Pagar, resultado da estratégia de regularização 2014-2016, realizando pagamentos via obrigações do tesouro e *cash* para dívidas inferiores a Kz 500 milhões.
- (xi) Resultado do Exercício Negativo, no valor de Kz 4.010.422 milhões, o que afecta o Património Líquido Acumulado, que para o exercício de 2017 é negativo de Kz 480.915 milhões, uma diminuição de 114% em relação ao exercício de 2016.

GLOSSÁRIO

A

Activo Circulante. Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

Activo Patrimonial. Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

Activo Permanente. Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Activo Realizável a Longo Prazo. Direitos realizáveis normalmente após o término do exercício seguinte.

Actividades Permanentes. Componente do Orçamento de Funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

Ajuste Orçamental. Alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.

ARO. Antecipação de Receitas Orçamentais.

B

Balanço. Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

Balanço Financeiro. Demonstrará a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com o saldo em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial. O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática (posição ou situação do património em determinada data).

Balanço Orçamental. É a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

Balancete. É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detectará toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

C

Cabimentação. Acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária a realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

Categoria Económica. Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

Classificação Funcional - Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

Classificação das Contas Públicas. Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

D

Défice orçamental/Défice. Quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

Despesa Cabimentada. Total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

Despesas Corrente. Despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

Despesa de Capital. Destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como transferências efectuadas com igual propósito.

Despesa Liquidada. Despesa para com o qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

Demonstração da Variação Patrimonial. Alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E

Execução Financeira. Recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro. Execução orçamental e coincide com o ano civil.

Execução Orçamental das Despesa. Créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando à realização dos subprojectos / subactividades atribuídos às unidades orçamentárias.

F

Fonte de Recurso. Identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

Função do Estado. Despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

L

Liquidação da Despesa. Direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

N

Natureza. Receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

Nota de Lançamento. Eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

O

Orçamento Ajustado. Reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.

Orçamento Aprovado/Inicial. Aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.

Orçamento de Funcionamento. Referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Órgão Dependente (OD). Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos ou a segurança social, que constituem as unidades orçamentais.

Órgão do Governo. Departamentos ministeriais, governos provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição.

Órgãos de Soberania. Órgãos como a Presidência da República, Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Ordem de Saque. Instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado, que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.

P

Passivo Circulante – Depósitos. Restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.

Património Líquido. Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.

Património Público. Conjunto de bens à disposição da coletividade.

Programa de Investimentos Públicos (PIP). Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção ou renovação das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela administração pública directa ou pela administração pública indirecta do Estado. Não se integram no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados à manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.

Programa Específico. Traduz uma prioridade do governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não constituir actividade básica da unidade orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

Proposta Orçamental (N+1) - Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

R

Receita Ajustada. Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.

Receita de Capital. Receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.

Receita Corrente. Receitas que se renovam em todos os períodos financeiros designadamente, receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.

Receita Inicial. Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.

Restos a Pagar. Despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

S

Saldo Corrente. Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de Capital. Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Orçamental. Diferença entre receitas do Estado e despesas do Estado.

Superavit orçamental. Saldo orçamental positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.

T

Taxa de Execução (Projeção Linear). Indicador em percentagem do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico tomando por referência a projeção linear da Despesa Paga.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada). Indicador em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga). Indicador em percentagem resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva da Receita. Indicador em percentagem resultante da relação entre a receita arrecadada no período em análise, para uma dada rubrica de receita e a previsão inicial.

Taxa de Execução Padrão. Indicador em percentagem que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise tomando por hipótese uma execução linear.

U

Unidade Orçamental (UO). Órgão do Estado ou da Autarquia, ou o conjunto de órgãos, ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a segurança social a quem foram consignadas dotações orçamentais próprias.

V

Variação Homóloga. Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.

ANEXOS